

**AVALIAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL - DF**



**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO
TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL – PROGRAMA
BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II (PBS II)
(BR-L1383)**

Brasília – DF, maio de 2015

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas	04
1 – Introdução	05
2 – Organização Administrativa do Distrito Federal	09
3 – Participação do Distrito Federal no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)	10
4 – Programa de Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, da Dívida Pública Mobiliária e Outras, de Responsabilidade do Distrito Federal	12
5 – Impedimentos Legais para o Distrito Federal Assumir Compromisso de Endividamento Externo	21
6 – Análise das Receitas, das Despesas, do Resultado Primário e dos Balanços Patrimoniais do Distrito Federal	24
7 – Limites Legais de Endividamento do Distrito Federal	26
8 – Conclusões	31

ANEXOS

- ANEXO 1 – Governo do Distrito Federal – Poder Executivo - Estrutura Básica da Administração Direta e Indireta**
- ANEXO 2 – Governo do Distrito Federal – Poder Executivo - Estrutura Básica da Administração Direta e Indireta (Organograma)**
- ANEXO 3 – Planilha I – Receitas, Despesas e Resultado Primário do Distrito Federal – Período 2010-2014 (preços correntes)**
- ANEXO 4 – Planilha II – Receitas, Despesas e Resultado Primário do Distrito Federal – Período 2010-2014 (preços de 2014)**
- ANEXO 5 – Planilha III – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do Distrito Federal – Período 2015-2024 – Primeira Alternativa.**
- ANEXO 6 – Planilha IV – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do Distrito Federal - Período 2015-2024 – Segunda Alternativa**

ANEXO 7 – Planilha V – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do Distrito Federal - Período 2015-2024 – Terceira Alternativa.

ANEXO 8 – Planilha VI– Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento do BID para o Governo do Distrito Federal – Primeira Alternativa.

ANEXO 9 – Planilha VII – Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento do BID para o Governo do Distrito Federal – Segunda Alternativa.

ANEXO 10 – Planilha VIII – Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento do BID para o Governo do Distrito Federal – Terceira Alternativa.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Administração Direta
AI	Administração Indireta
AM	Autarquias Municipais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRASÍLIA	Cidade de Brasília
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DEC	Decreto
DF	Distrito Federal
FPE	Fundo de Participação dos Estados
GDF	Governo do Distrito Federal
ICMS	Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISS	Imposto sobre Serviços
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEFP	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPV	Medida Provisória
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PNAFE	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
PPA	Plano Plurianual
PRT	Portaria
PTUDF	Programa de Transporte Urbano de Brasília
RCL	Receita Corrente Líquida
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RLR	Receita Líquida Real
RSF	Resolução do Senado Federal
SDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do MP
SF	Senado Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UCE	Unidade de Coordenação Estadual
UNIÃO	República Federativa do Brasil

Avaliação Financeira e Orçamentária do Distrito Federal

1 Introdução

- 1.1** O Distrito Federal (DF) está localizado na região central do Brasil. A primeira idéia de localizar no sertão do Brasil, a sede do Governo Federal, deu-se no século XVIII e é atribuída ao Marquês de Pombal. Os inconfindentes mineiros, em 1789, incluíram a transferência da capital para o interior como um dos objetivos de seu movimento. Depois da independência, na sessão da Assembléia Geral Constituinte do Império, de 7 de junho de 1823, o deputado Antônio Ferreira França leu memorial de José Bonifácio de Andrada e Silva, onde este propunha a instalação da capital na recém-criada comarca de Paracatu do Príncipe. O nome seria Brasília ou Petrópolis.
- 1.2** A partir de 1839, passou-se a imaginar a construção de uma cidade no Planalto Central entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins. A Constituição de 1891 estabeleceu a mudança da Capital, fato este ratificado pela Constituição de 1934. Na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, as opiniões se dividiram quanto ao local da nova capital. O deputado Juscelino Kubitschek defendeu a localidade de Pontal, no Triângulo Mineiro, como mais favorável para a instalação do novo Distrito Federal. O deputado Artur Bernardes sugeriu que se repetisse simplesmente o texto da constituição de 1891 e o deputado João Café Filho opinou a favor de Goiânia. Por fim, a Constituição de 18 de setembro de 1946 determinou que a capital fosse transferida para o Planalto Central.
- 1.3** Em 15 de março de 1956, Kubitschek, já empossado Presidente da República, assinou a Mensagem de Anápolis, lançando as bases para a constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), criada pela Lei Federal Nº 2.874, de 19.09.56, cujo artigo 33 determinou o nome Brasília para a futura capital. Em 03.11.56, foram iniciados os trabalhos de terraplanagem do sítio onde seria construída a nova capital do Brasil.
- 1.4** O Distrito Federal, juntamente com 23 municípios, dos quais 20 pertencem ao Estado de Goiás e 3 ao Estado de Minas Gerais, compõem a denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), criada pela Lei Complementar N.º 94, de 19.02.98. A RIDE foi criada com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região do entorno de Brasília. Com uma área de 55.439,99 km², a RIDE, segundo estimativa do IBGE, de 2013, conta com uma população de 4.041.042 milhões de habitantes, dos quais, 2.789.761 milhões estão no DF, 1.138.565 mil, em Goiás e 112.716, em Minas Gerais.
- 1.5** A região apresenta elevado déficit nas áreas de transporte, saneamento e de outros serviços básicos de infraestrutura urbana. Técnicos do Programa

de Modernização do Setor de Saneamento do Ministério das Cidades constataram, em uma pesquisa, que apenas 13% dos moradores dos municípios do Entorno têm acesso à rede de esgoto. Em 40% das casas não há, sequer, um ponto de água.

- 1.6** O mapa abaixo mostra a área da RIDE com os municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Vila Propício e os municípios mineiros de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande.



- 1.7** A área territorial do Distrito Federal é de 5.789 km² e, segundo o IBGE, em 2014, a população do DF era de 2.852.372 habitantes, com uma densidade demográfica de 493,49 habitantes/km². O Distrito Federal

corresponde a 0,06% do território brasileiro e a 1,2% da população brasileira.

- 1.8** O Produto Interno Bruto (PIB) do DF corresponde a 3,8% do PIB do Brasil e o coloca em oitavo lugar entre os estados do país. Em 2010, o PIB per capita foi de R\$ 48.489,00. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,799 em 1991 para 0,824 em 2010, superior à média brasileira que é de 0,788.
- 1.9** O mapa a seguir mostra o quadrilátero do Distrito Federal:



- 1.10** As informações para realizar a análise financeira do Distrito Federal (DF) foram levantada nos Balanços Anuais dos anos de 2010 a 2014, encaminhados ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e nos “Site” da Secretaria do Tesouro Nacional, www.stn.fazenda.gov.br e no do Governo do Distrito Federal <http://www.gdf.df.gov.br>.
- 1.11** A análise financeira do Distrito Federal tem por objetivo:
- i) avaliar se o GDF dispõe de limites, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF Nº 100/00), para tomar empréstimo no montante de US\$ 100.000.000,00, destinados a financiar parcialmente a execução do “Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Programa Brasília Sustentável II”, cujo valor total está estimado em US\$ 150.000.000,00;
 - ii) aportar os recursos da contrapartida, estimada em US\$ 50.000.000,00;

- iii) honrar os compromissos dos encargos financeiros decorrentes do empréstimo;
- iv) amortizar, na época oportuna, o principal do empréstimo que vier a ser contratado.

1.12 Para responder a estas quatro questões foram estabelecidas tres alternativas de desembolsos para o empréstimo pretendido pelo Governo do Distrito Federal:

- i) a primeira considera um empréstimo do Banco equivalente a 66,67% do valor total do Programa e uma contrapartida financeira, aportada pelo GDF, igual a 33,33%. A previsão de desembolso do empréstimo seria de acordo com o cronograma apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 Empréstimo de US\$ 100.000.000,00

Parcela	Época do Desembolso	% do desembolso	Valor do Desembolso Em US\$
1º	1º semestre /2016	01,26	1.264.450,00
2º	2º semestre /2016	02,72	2.716.450,00
3º	1º semestre /2017	09,56	9.563.870,00
4º	2º semestre /2017	21,85	21.852.080,00
5º	1º semestre /2018	21,07	21.074.080,00
6º	2º semestre /2018	16,61	16.607.720,00
7º	1º semestre /2019	12,13	12.134.300,00
8º	2º semestre /2019	11,13	11.134.300,00
9º	1º semestre /2020	02,80	2.797.750,00
10º	2º semestre /2020	00,86	855.000,00

- ii) a segunda considera um empréstimo do Banco equivalente a 66,67% do valor total do Programa e uma contrapartida financeira, aportada pelo GDF, igual a 33,33%, com previsão de desembolso do empréstimo de acordo com o seguinte cronograma:

Tabela 2 Empréstimo de US\$ 100.000.000,00

Parcela	Época do Desembolso	% do desembolso	Valor do Desembolso Em US\$
1º	1º semestre /2015	05,00	5.000.000,00
2º	2º semestre /2015	05,00	5.000.000,00
3º	1º semestre /2016	10,00	10.000.000,00
4º	2º semestre /2016	15,00	15.000.000,00
5º	1º semestre /2017	15,00	15.000.000,00
6º	2º semestre /2017	20,00	20.000.000,00
7º	1º semestre /2018	10,00	10.000.000,00
8º	2º semestre /2018	10,00	10.000.000,00
9º	1º semestre /2019	05,00	5.000.000,00
10º	2º semestre /2019	05,00	5.000.000,00

- iii) a terceira alternativa considera um empréstimo do Banco no valor de US\$ 110.000.000,00 supondo, neste caso, um aumento de 10%, no valor do empréstimo aprovado pela Resolução COFLEX Nº 11/0101, de 08.03.13, com parcela da contrapartida financeira, a ser aportada pelo GDF, equivalente a 33,33% do valor do Programa. A previsão de desembolso do empréstimo será de acordo com o seguinte cronograma.

Tabela 3 Empréstimo de US\$ 110.000.000,00

Parcela	Época do Desembolso	% do Desembolso	Valor do Desembolso Em US\$
1º	1º semestre /2015	01,26	1.386.000,00
2º	2º semestre /2015	02,72	2.992.000,00
3º	1º semestre /2016	09,56	10.516.000,00
4º	2º semestre /2016	21,85	24.035.000,00
5º	1º semestre /2017	21,07	23.177.000,00
6º	2º semestre /2017	16,61	18.271.000,00
7º	1º semestre /2018	12,13	13.343.000,00
8º	2º semestre /2018	11,13	12.243.000,00
9º	1º semestre /2020	02,80	3.080.000,00
10º	2º semestre /2020	00,86	957.000,00

2 Organização Administrativa do Distrito Federal

- 2.1** A Administração do Poder Executivo do Distrito Federal está organizada segundo os princípios e as definições fixadas pela Lei Distrital N.º 2.299, de 21.01.99, e suas alterações e pelo Decreto N.º 36.236, 01.01.15. Compreende um conjunto organizacional integrado, para alcançar os objetivos e as metas definidas pela Administração do DF. O Poder Executivo está organizado em Administração Direta (AD) e Administração Indireta (AI). A atual estrutura do Poder Executivo do Distrito Federal, em fase de consolidação, é composta de 93 órgãos e instituições.
- 2.2** A Administração Direta, que é dotada de personalidade jurídica de direito público, compreende o exercício das atividades de administração pública executadas diretamente pelas unidades integradas na estrutura administrativa do chefe do Poder Executivo (o Governador).
- 2.3** A Administração Indireta, que é dotada de personalidade jurídica própria, compreende as entidades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal. As entidades da Administração Indireta são vinculadas às Secretarias em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- 2.4** Autarquia (AA) é uma entidade criada por lei distrital, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.
- 2.5** Fundação Pública (FP) é uma entidade criada por lei distrital, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receita próprios, geridos pelo órgão de direção da Fundação, de acordo com os objetivos estabelecidos na respectiva lei de criação. Conforme definido no Código Civil, somente poderão ser criadas Fundações Públicas para exercerem atividades para fins morais, culturais ou de assistência.

- 2.6** Sociedade de Economia Mista (SEM) é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, instituída por lei e organizada por estatuto, com patrimônio próprio, capital representado por ações de posse majoritária do Estado e com fins lucrativos.
- 2.7** Empresa Pública (EP) é uma entidade criada por lei distrital, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receita próprios, para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Distrito Federal ou a outras entidades da AI.
- 2.8** Resumidamente a estrutura do GDF é a seguinte:

Tabela 4 Órgãos e Entidades do Governo do DF

Tipo de Órgão	Nº de Unidades
Governadoria	03
Secretarias de Estado	24
Órgãos Especializados	05
Administrações Regionais	31
Órgãos Relativamente Autônomos	02
Órgãos Autônomos	01
Autarquias	05
Autarquias em Regime Especial	05
Fundações	06
Empresas Públicas (EP)	07
Sociedades de Economia Mista (SEM)	04
Total	93

- 2.9** A relação dos órgãos da AD e das entidades da AI, é apresentada no **Anexo 1** e o **Anexo 2** mostra o Organograma do Poder Executivo (Órgãos Centrais) .

3 Participação do Distrito Federal no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)

- 3.1** A crise fiscal dos estados brasileiros, na década de 90, levou o Governo Federal, em 1996, a preparar um programa destinado a construir e apoiar uma solução permanente para as unidades da Federação. Primeiro, foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Voto Nº 206, de

28.11.96, mediante o qual foi autorizada uma sistemática de assistência financeira aos estados. O objetivo da assistência foi: a) organizar a gestão fiscal; b) aprimorar a tecnologia da informação; c) implantar uma legislação fiscal atualizada; d) modernizar os processos administrativos; e) implantar cadastros com mecanismos de atualização permanente; f) implantar mecanismos de arrecadação e cobrança administrativas; g) aprimorar a fiscalização tributária e prestar ao contribuinte um atendimento moderno e ágil.

- 3.2** Assim, em 16.03.97, o Governo Federal firmou com o BID, o contrato OC-BR-980, pelo valor de US\$ 500 milhões, destinados a financiar, parcialmente, a execução do “Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)”, estimado em US\$ 1.000.000.000,00. Este Programa, mediante repasses aos estados, pelo executor (Ministério da Fazenda - MF), passou a financiar projetos de âmbito estadual, ou seja, PNAFE específico para cada Estado.
- 3.3** Com o objetivo de modernizar a administração fiscal, o Distrito Federal, em 10.07.97, firmou um Contrato de Subempréstimo com a Caixa Econômica Federal (CEF), esta na qualidade de Agente Financeiro da União e Co-executor do PNAFE. Este Contrato, no valor de US\$ 10.193.970,00, equivalentes a R\$10.997.254,84, contou com a interveniência do Banco de Brasília S/A. De acordo com as normas de execução do PNAFE, as liberações são efetuadas pela CEF, mediante autorização da UCP (Unidade de Coordenação do Programa) e o cumprimento do cronograma físico-financeiro do projeto. A liberação de cada parcela também está condicionada à correta aplicação dos recursos e à demonstração, pelo GDF, da aplicação da contrapartida.
- 3.4** O prazo para a utilização dos recursos do financiamento foi fixado em até 16.03.00. Tais recursos não podem ser usados para: a) gastos gerais e de administração do GDF; b) capital de giro; c) aquisição de imóveis; d) financiamento de dívidas; e) compra de ações; f) aquisição de bens móveis usados; g) pagamento de tributos; h) gastos com projetos em desacordo com a legislação sobre Proteção ao Meio Ambiente.
- 3.5** Os encargos financeiros incidentes sobre o Contrato OC-BR-980, serão repassados ao subempréstimo do estado e incidem sobre as parcelas liberadas pela UCP, para o estado. Para contratar o subempréstimo, o Distrito Federal prestou ao MF garantias de pagamento mediante a cessão e transferência, em caráter irrevogável e irretratável, dos créditos, que se façam a sua conta de depósitos mantidos junto ao Banco de Brasília, provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159 (inciso I, alínea “b”, e § 3º) da Constituição Federal Brasileira. Toda operação de crédito contratada por Estado, Distrito Federal ou Município, com garantia da União, de acordo com a legislação federal brasileira, é o tomador obrigado a oferecer contragarantias nas mesmas bases em que o Distrito Federal o fez.

3.6 Os objetivos específicos acordados para serem alcançados com a execução do PNAFE são: a) Organização e Gestão; b) Tecnologia da Informação; c) Coordenação do Projeto; d) Legislação e) Cadastro; f) Arrecadação; g) Fiscalização; h) Atendimento; i) Integração; j) Contencioso; k) Estudos Econômico-Tributários; l) Contabilidade; m) Sistema Integrado de Gestão Financeira.

3.7 O PNAFE contratado pelo Distrito Federal já foi totalmente executado, não havendo saldo a desembolsar. As metas previstas foram, na sua quase totalidade, alcançadas. A análise dos dados da arrecadação de tributos do DF (**ANEXO 3**) mostra que a máquina fiscalizador-arrecadadora, vem apresentando os efeitos positivos dos processos de modernização, treinamento e implantação de novos e modernos equipamentos, principalmente de informática. A modernização da Secretaria de Fazenda (SEFAZ) que, aliada a outras ações, passou a produzir efeitos positivos na arrecadação tributária.

4 Programa de Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, da Dívida Pública Mobiliária e Outras, de Responsabilidade do Distrito Federal

4.1 Em 29.07.99, o GDF assinou com a União, representada pelo Ministério da Fazenda, um Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento da Dívida do Distrito Federal. Este contrato, celebrado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, contou com a interveniência do Banco de Brasília S/A (BRB) e do Banco Brasil. O referido contrato foi firmado tendo em vista a Lei Federal N.º 9.496, de 11.09.97, a Resolução do Senado Federal N.º 78/98, de 04.07.98 e as Leis Distritais N.º 2.387, de 24.05.99 e N.º 2.412, de 25.06.99.

4.2 O Contrato foi firmado pelo valor de R\$ 647.983.873,23, correspondente ao somatório dos saldos atualizados, para 29.07.99, das seguintes dívidas: i) saldo devedor dos contratos firmados junto à Caixa Econômica Federal (CEF); ii) saldo devedor dos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); iii) saldo devedor dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil S/A.

4.3 O motivo pelo qual o Distrito Federal, assim como os estados brasileiros, recorreu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal e ao Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados (PNAFE), ambos patrocinados pelo Governo Federal, este último, inclusive, com apoio do BID, como mencionado nos itens 3.1 e 3.2, deveu-se à crise financeira do DF. Em 1995 e 1996 o Distrito Federal apresentava um déficit primário de R\$ 63,0 milhões e de R\$ 184,0 milhões, respectivamente. Contribuíram para a elevação do déficit o crescimento nominal dos gastos com pessoal que foram da ordem de 18%. Em dezembro 1998, o DF apresentava uma relação Dívida/Receita Líquida Real de 0,25, com um perfil de vencimentos centrado num período muito curto.

- 4.4** O primeiro Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) do Distrito Federal, para o período de 1999-2001, foi aprovado em 29.07.99.
- 4.5** A renegociação das dívidas do DF, com o apoio do Governo Federal permitiu o reescalonamento da dívida, alongando o perfil dos vencimentos. Para tanto, foram adotadas as seguintes estratégias:
- a) consolidação e refinanciamento da dívida financeira do Distrito Federal junto à CEF, no valor de R\$ 368,62 milhões;
 - b) consolidação e refinanciamento da dívida financeira do Distrito Federal junto ao BNDES, no valor de R\$ 154,53 milhões;
 - c) consolidação e refinanciamento da dívida financeira do Distrito Federal junto ao BB, no valor de R\$ 124,83 milhões.
- 4.6** A Dívida Total refinanciada pela União foi de R\$ 642,27 milhões, nas seguintes condições: i) R\$ 513,82 milhões, refinanciada em 30 anos, com amortização equivalente a 1/12 (um doze avos) de 13% da Receita Líquida Real (RLR); ii) R\$ 128,45 milhões, equivalentes a 20% da Dívida refinanciada para ser amortizada em 36 meses; iii) R\$ 5,71 milhões correspondentes aos custos assumidos pela União. As parcelas i) e ii) serão atualizadas pelo IGP-DI e incidirão juros de 6% ao ano.
- 4.7** Com base nestes parâmetros, foi elaborado o “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal”. Este Programa define estratégia de ação e objetivos, estabelece as metas e a sistemática para acompanhamento geral da sua execução. O instrumento contratual, também denominado “Contrato STN/COAFI N.º 003/97”, firmado entre o Governo Federal e o Governo do DF, estabeleceu seis metas básicas que, anualmente, são avaliadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e revisadas de forma a se adequarem às mudanças estruturais e de mercado.
- 4.8** As metas estabelecidas no primeiro “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal” foram as seguintes:
- a) **Meta 1 – Dívida Financeira e Receita Líquida Real (D/RLR)** - deverá alcançar até o ano de 2012 a trajetória apresentado na Tabela 5 da pagina seguinte:

Tabela 5 Meta 1 – Dívida Financeira e Receita Líquida Real (D/RLR) Primeiro PAF (1999- 2001)

Ano	Dív./RLR (s/ OCNV) Trajetória Inferior	Dív./RLR (c/ OCNV) Trajetória Superior
1999	0,24	0,24
2000	0,24	0,33
2001	0,22	0,44
2002	0,20	0,49
2003	0,18	0,45
2004	0,17	0,40
2005	0,15	0,36
2006	0,14	0,32
2007	0,13	0,28
2008	0,12	0,24
2009	0,10	0,20
2010	0,09	0,17

(Obs) A trajetória inferior considera o estoque inicial da dívida (D), posição de julho de 1999 para as dívidas refinanciadas ao amparo da Lei 9.496/97, deflacionadas para dezembro de 1998, e posição de dezembro de 1998 para as demais dívidas. A trajetória superior adiciona o cronograma de desembolso máximo esperado dos empréstimos em execução e dos novos empréstimos previstos.

- b) Meta 2 – Resultado Primário** – geração de resultados primários positivos suficientes para, em conjunto com as receitas de vendas de ações de empresas estatais do DF, possibilitar a estabilidade das finanças do Distrito Federal

Tabela 6 Meta 2 - Resultado Primário - Primeiro PAF (1999- 2001)

ANO	1999		2000		2001	
	R\$ milhões	% RCL	R\$ milhões	% RCL	R\$ milhões	% RCL
Resultado Primário	0	0	197,00	4,0	183,00	4,0

- c) Meta 3 – Despesa com Funcionalismo Público** - com o intuito de reduzir os gastos com pessoal, determinados pela Lei Complementar 96/99, a níveis compatíveis com a arrecadação do DF, foram estabelecidas as seguintes metas:

Tabela 7 Meta 3 - Resultado Primário - Primeiro PAF (1999- 2001)

ANO	1999	2000	2001
Gasto com Pessoal/RCL	68 %	62%	60 %

- d) **Meta 4 – Receitas Próprias e contribuições para aposentadorias e pensões** - esta meta do Programa prevê taxas mínimas de crescimento das receitas próprias, com as seguintes estimativas:

Tabela 8 Meta 4 - Resultado Primário - Primeiro PAF (1999- 2001)

ANO	1999	2000	2001
Taxa Mínima Anual de Crescimento Real das Receitas Próprias	1,1 %	3,2 %	3,9%

Estas metas seriam alcançadas a partir de uma série de ações desenvolvidas pelo GDF, com o apoio do PNAFE;

- e) **Meta 5 – Privatização, Concessão de Serviços Públicos, Reforma Administrativa e Patrimonial** - As ações para esta meta estão concentradas em alienação de participação acionária nas empresas CEB e CAESB, redução das transferências de recursos financeiros do Tesouro do DF para as empresas, e reestruturação e concessão de serviços públicos.

- f) **Meta 6 – Despesas de Investimento e Receita Líquida Real** - consiste em sustentar os gastos com investimento (despesas de investimento e demais despesas de capital) a, no máximo, 11% da Receita Líquida Real, de acordo com os dados da tabela seguinte:

Tabela 9 Meta 6 - Despesas de Investimento/Receita Líquida Real - Primeiro PAF (1999- 2001)

ANO	1999	2000	2001
Gastos com Investimento/RLR *	9 %	10 %	11 %

(*) Incluindo demais despesas de capital

Estes percentuais permitiriam ao Governo do DF realizar investimentos nas áreas típicas de estado. O Governo também deveria revisar o Sistema de Incentivos Fiscais e adotar medidas no sentido de reduzir o número de empresas dependentes do Tesouro do DF.

- 4.9** A execução do Contrato STN/COAFI Nº. 003/97 obriga que sejam realizadas, anualmente, revisões do Programa de Reestruturação e Ajuste

Fiscal. Assim, já foram executados os Programas, com as respectivas revisões, referentes aos períodos de 1999-2001, 2000-2002, 2001-2003, 2002-2004, 2003-2005, 2004-2006, 2005-2007, 2006-2008, 2007-2009, 2008-2010, 2009-2011, 2010-2012, 2011-2013, 2012-2014, 2013-2015 e neste exercício está em curso a execução do PAF 2014-2016.

4.10 As revisões do Programa de Ajuste Fiscal e das metas para o período de 2014-2016 são as seguintes:

**a) Meta 1 – Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real (D/RLR)
Último PAF (2014- 2016)**

A Meta 1 negociada com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei N.º 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Distrito Federal, em valor não superior ao da Receita Líquida Real anual (RLR), enquanto o DF não liquidar o Contrato STN/COAFI N.º. 003/97.

b) Meta 2 – Resultado Primário

Tabela 10 Meta 6 - Resultado Primário - Último PAF (2015- 2016)

R\$ milhões

2014	2015	2016
(430)	(1.173)	(1.334)

A Meta 2 tem por objetivo a obtenção de resultado primário, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o DF se compromete a adotar medidas necessárias, em termos de aumento de outras receitas, ou redução de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o DF se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

c) Meta 3 – Despesa com Funcionalismo Público

**Tabela 11 Meta 3 Despesa com Funcionalismo Público
Último PAF (2010- 2012)**

Em %

ANO	2014	2015	2016
Despesas Pessoal/RCL	60,00	60,00	60,00

No caso de um desses percentuais ser ultrapassado, mesmo que inferior a 60% da RCL o DF buscará os ajustes pertinentes nas despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos pela Meta 2.

Para efeito de cálculos desses indicadores, foram desconsideradas as previsões de despesas custeadas com o FCDF.

Para o período de 2014-2016, em relação à Política de Gestão de Pessoas, o Governo do Distrito Federal, terá com prioridade a consecução de quatro principais projetos:

- implantação de Novo Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas, o G
- diagnóstico das Carreiras do GDF;
- implantação do Sistema de Gestão de Pessoas;
- controle de Qualidade de Gastos com Pessoal;
- regulamentação da Lei Complementar N°840/2011 (Regime Jurídico)

d) Meta 4 – Receita de Arrecadação Própria

**Tabela 12 Meta 4 Receita de Arrecadação Própria
Último PAF (2010- 2012)**

R\$ milhões		
2014	2015	2016
12.006,00	13.256,00	14.412,00

A Meta 4 do programa é alcançar os montantes de Receitas de arrecadação própria indicado na Tabela acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções acordadas para as receitas discriminadas no Termo de Entendimento Técnico (TET).

e) Meta 5 – Reforma do Distrito Federal, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

A meta 5 objetiva alcançar os seguintes compromissos

- i – Manter no âmbito do Poder Executivo do DF, estrutura técnico-institucional na Secretaria de Estado da Fazenda para observâncias das normas referentes ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP);
- ii) – Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTEN, na Caixa Econômica Federal e Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de acordo com os normativos vigentes;
- iii) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do DF, consoante o que dispõe o § primeiro da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

f) Meta 6 – Despesas com Investimentos/Receita Líquida Real**Tabela 13 Meta 6 Despesas com Investimentos/Receita Líquida Real Último PAF (2014- 2016)**

Em %

2014	2015	2016
15,26	17,96	17,89

A meta 5 do Programa consiste em limitar as despesas com investimentos e inversões aos percentuais da RLR indicados na Tabela 13. Em caso de uma eventual frustração das fontes de financiamento, o DF buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na Meta 2.

- 4.11** A Secretaria de Fazenda do DF informou que tem cumprido satisfatoriamente, as metas acordadas para os PAFs, referentes aos períodos anteriores. A Secretaria informou ainda que a análise, já concluída pela STN, referente ao PAF de 2013–2015, apontou o cumprimento de todas as Metas previstas para o ano de 2010. A STN ainda não concluiu a análise sobre o cumprimento das Metas previstas para o exercício de 2014.
- 4.12** A Tabela abaixo apresenta os projetos do DF incluídos no PAF de 2014-2016, com as respectivas previsões de desembolso no período de 2014-2016. Para estes projetos o DF pretende obter financiamento, interno ou externo para viabilizar a execução dos mesmos.

Tabela 14 – Discriminação das Operações de Crédito Incluídas no PAF de 2009 – 2011 (previsão de desembolso)

Em R\$ 1.000,00

PROJETO	FONTE	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Brasília Sustentável – II	BID	-	3.710	99.908	58.696	71.222	233.536
Procidades (Prog. de Desen. Eco. - ADES	BID	1.343	29.603	28.879	32.221	26.084	117.130
Prodefaz - PROFISCO	BID	-	8.733	24.977	18.733	22.515	74.958
PRODETUR	BID	-	-	32.056	18.833	24.042	74.931
PROGRAMA RURAL	CAF	-	-	56.829	24.853	-	81.682
PROGRAMA DE TRANSPORTE URB. DO DF	BID	21.617	72.325	-	-	-	93.942
Aquisição de 10 Trens p/linha 1 do METRÔ	BNDES	-	50.000	80.000	90.000	-	220.000
Aquisição 10 Veículos leves p/linha 1 do VLT	BNDES	-	-	40.000	40.000	40.000	120.000
CPAC Sobradinho – Nova Colina	BB	-	16.272	24.414	-	-	40.690
CPAC Itapoá - Parque	BB	-	32.743	9.355	4.678	-	46.775
CPAC Morar Bem Planaltina	Caixa	-	13.908	29.885	15.977	-	59.770
CPAC Recanto das Emas – Quadra 117 e 118	BB	-	16.655	11.103	-	-	17.758
CPAC RIACHO FUNDO II - 3ª Etapa	Caixa	-	4.299	15.047	2.150	-	21.495
CPAC RIACHO FUNDO II - 4ª Etapa	Caixa	-	12.679	3.339	3.339	-	25.358
CPAC RIACHO FUNDO II - 5ª Etapa	BB	40.672	27.115	-	-	-	67.787
CPAC SÃO SEBASTIÃO – Crixá	Caixa	-	8.219	22.774	14.555	-	45.548
CPAC SÃO SEBASTIÃO – Nacional	Caixa	-	6.862	30.078	15.216	-	52.155
CPAC VARGEM DA BENÇA - 1ª Etapa	Caixa	-	29.055	24.527	44.527	-	98.109
ESTAÇÕES 104/106 E 110 SUL do METRÔ	BNDES	-	6.000	58.000	11.000	-	75.000
LIGAÇÃO TORTO COLORADO	BNDES	-	31.880	23.910	23.910	-	79.700
MOBILIDADE INTEGRADA – Asfalto /Ciclovias	BB	260.000	240.000	-	-	-	500.000
MODERNI. APAREL. DA DEFENSORIA PUBL.	BNDES	-	3.200	4.000	-	-	7.200
OBRAS MELHORIAS DO SIST. VIÁRIO URBANO	BNDES	-	20.000	106.000	110.100	86.000	322.100
PAVI. E QUALI. VIAS URBAN. POR DO SOL	Caixa	-	10.000	20.000	20.000	-	50.000
PAVI. E QUALI. VIAS URBAN. ARNIQUEIRAS	Caixa	-	28.573	9.524	95.24	-	47.622
PAVI. E QUALI. VIAS URBAN. Buritis	Caixa	-	11.629	3.876	3.876	-	19.381

PAVI. E QUALI. VIAS URBAN. Porto Rico	Caixa	-	21.021	7.000	7.000	-	35.035
PAVI. E QUALI. VIAS URBAN. Vicente Pires	Caixa	-	79.083	179.083	139.795	-	397.961
TRVEO DE TRIAGEM NORTE	BNDES	-	39.200	29.400	29.4.00	-	98.000
AMPLIAÇÃO DA DF 047 E OBRA DE ARTE	Caixa	37.421	30.000	20.557	-	-	87.978
AMPLIAÇÃO TRCHO 1 SIST. VLT AEROPOR.	Caixa	-	-	115.534	131.569	15.897	263.000
IMPL. SIST. ABAST. AGUAS ÁGUAS LINDAS	Caixa	423	24.605	21.656	-	-	46.684
IMPL. SIST. ESGOT SANIT. ÁGUAS LINDAS	Caixa	5.137	9.860	8.438	16.017	10.405	49.857
IMPL. SIST. PROD. ÁGUAS DO CORUMBÁ I	Caixa	816	27.998	15.569	17.849	-	62.232
IMPL. SIST. PROD. ÁGUAS DO CORUMBÁ II	Caixa	512	6.400	-	-	-	6.912
INFRA. E SANEAM. BÁSICO PROMORADIA	Caixa	-	13.313	7.122	-	-	20.434
PEF II (METRÔ E TERMINAS DE ONIBUS)	BNDES	2.805	20.295	-	-	-	23.100
PNAFEM	CEF	9.643	26.789	-	-	-	36.433
PROMORADIA II - ARAPOANGA	Caixa	-	8.663	7.564	7.150	-	23.377
PROMORADIA II – Mestre D'Armas	Caixa	-	6.372	7.062	4.597	-	18.031
PROMORADIA II – Sol Nascente	Caixa	586	30.012	94.963	76.223	-	201.784
PROG. FIN. PAC PARANOÁ PARQUE (Contra	Caixa	29.375	15.625	-	-	-	45.000
PROINVESTE – EIXO NORTE	BNDES	-	103.718	103.718	103.718	-	311.153
SIST. TRANSP. PASSA. - EIXO OESTE	Caixa	15.500	81.117	101.117	120.369	190.374	517.477
SIST. TRANSP. PASSA. - EIXO SUL	Caixa	155.046	93.580	50.000	46.240	50.000	394.866
TOTAL	-	580.896	1.321.114	1.530.270	1.273.1122	536.539	5.241.940

5 Impedimentos Legais para o Distrito Federal Assumir Compromisso de Endividamento Externo

5.1 A contratação de operação de crédito externo por entes da Federação Brasileira¹ e pelas empresas controladas, direta ou indiretamente por quaisquer entes das três esferas de governo, está regulamentada por várias normas legais. As principais normas legais que tratam da matéria são destacadas a seguir.

5.2 Constituição Federal (CF) - O art. 52 da CF, que trata das competências privativas do Senado Federal (SF), estabelece em vários incisos, entre outras, as seguintes competências do SF:

inciso V - “autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”;

inciso VI - “fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”;

inciso VII - “dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal”;

inciso VIII - “dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”;

inciso IX - “estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

5.3 O art. 167, inciso III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

5.4 Lei Complementar Nº. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)- A LRF, de 04.05.00, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. O artigo 32 da LRF estabelece a obrigatoriedade do Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Vários incisos e parágrafos do mencionado artigo 32 regulamentam os procedimentos para obtenção de autorização específica, do Senado Federal, para contratação de operação de crédito.

Nota¹: Como ente, deve ser entendido: a União, cada Estado da Federação, o Distrito Federal e cada Município

5.5 Resoluções do Senado Federal (RSF)

- **A RSF Nº. 96**, de 15.12.89, dispõe, nos termos do artigo 52, incisos VII e VIII da CF, sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece ainda os limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
- **A RSF Nº. 40**, de 20.12.01, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX da CF, estabelece os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **A RSF Nº. 43**, de 21.12.01, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e revoga a RSF N.º 78, de 01.07.98, que tratava do mesmo assunto;
- **A RSF N.º 03**, de 02.04.02, introduz alterações e revoga os artigos 8º e 43 da RSF N.º 43/01.

5.6 Decreto Nº. 3.502/00 - de 12.06.00, trata da reorganização da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e estabelece a competência do MPOG para autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público, com apoio de natureza financeira de fontes externas, mediante prévia manifestação da COFIEEX.

5.7 Portarias

- **Portaria Nº. 497**, de 27.08.90, do então, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamenta os procedimentos administrativos e o fluxo de tramitação dos processos de pedido para contratação de operações de crédito interno e externo, ou de arrendamento mercantil, a serem celebradas pela União, bem como a concessão de garantia da União a essas operações;
- **Portaria N.º 115**, de 11.03.08, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre os procedimentos de formalização de pedidos de contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos respectivos Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes e revoga a Portaria N.º 04, de 18.01.02.
- **Portaria N.º 138**, de 03.03.10, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre procedimentos de formalização de pedidos de verificação de limites e condições para a contratação de operações de crédito ou a concessão de garantias pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais

dependentes, assim como de instrução de pleitos de autorização de operações de crédito externo pelo Senado Federal.

- 5.8** Para a operação de crédito externo que o Distrito Federal pretende contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), devem ser destacados os seguintes aspectos: em 27.06.12, a COFIEIX aprovou a Recomendação Nº 1.330/12, autorizando a preparação do “Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Programa Brasília Sustentável II”, no valor de US\$ 107.000.000,00, sendo US\$ 57.000.000,00, obtidos por meio de empréstimo com o BID e contrapartida local de até US\$ 50.000.000,00, a ser aportado pelo Governo do Distrito Federal.
- 5.9** A referida Recomendação Nº 1.279/11 foi aprovada com as seguintes ressalvas: a) - “O Distrito Federal, previamente às negociações formais do empréstimo externo, deverá dispor de capacidade de pagamento, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional”; b) - “A contrapartida à operação de crédito é de responsabilidade exclusiva do Mutuário e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégicas do Governo Federal”.
- 5.10** Posteriormente, em 08.03.2013, a COFIEIX emitiu a Resolução N.º 11/0101, aumentando o valor do Programa para US\$ 150.000.000,00, sendo US\$ 100.000.000,00, obtidos por meio de empréstimo com o BID e contrapartida local de até US\$ 50.000.000,00, a ser aportado pelo Governo do Distrito Federal, mantendo as ressalvas da Recomendação Nº 1.279/11.
- 5.11** O Regimento Interno da COFIEIX, aprovado pela Portaria N.º 436, de 29.10.02, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabelece no Art. 12 que, as Recomendações da COFIEIX favoráveis à preparação de projetos ou programas perderão sua validade após vinte e quatro meses, contados da data da publicação no Diário Oficial da União, caso o respectivo contrato não tenha sido negociado com a entidade financiadora externa. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Secretário-Executivo da COFIEIX. Dessa,
- 5.12** De acordo com a LRF N.º 01/00 e a RSF N.º 43/01, para que seja formalizada a contratação de operação de crédito externo com o BID, pelo Governo do Distrito Federal, é necessário que, entre outros pontos, a União (República Federativa do Brasil) conceda garantia à operação, nos moldes já acordados pelo BID e Brasil, para operações da espécie.
- 5.13** Como o contrato a ser firmado pelo GDF com o BID é, nos termos da legislação brasileira, uma operação de crédito externo, o mesmo está subordinado aos dispositivos legais mencionados nos parágrafos 5.2 a 5.8. Além disso, também devem ser observadas as ressalvas indicadas na Recomendação COFIEIX N.º 1.330/12, mencionada no parágrafo 5.8. O não enquadramento do DF nas referidas normas legais, impede, tanto a

contratação da operação de crédito, como a concessão de garantia pela União e o oferecimento de contragarantias pelo GDF à União.

- 5.14** Outros aspectos, também considerados no processo de autorização para contratação de operação de crédito, são as limitações referentes aos planejamentos plurianual e de ordem orçamentária anual. Mais especificamente, as ações, planos, programas e projetos que serão financiados, mesmo que parcialmente, com recursos de operação de crédito externo, devem estar previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei do Orçamento Anual (LOA).
- 5.15** As Leis do Distrito Federal N.º 5.389, de 13.08.15, que aprovou a LDO para o exercício de 2016, a de N.º 5.406, de 08.10.14, que aprovou o PPA para o período 2012-2015, e a de N.º 5.442, de 30.12.14, que aprovou o Orçamento de 2012, contemplam o “Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal”. O DF tem ainda que aprovar uma lei autorizando a contratação do empréstimo com o BID, bem como a concessão de contragarantias ao Tesouro Nacional.
- 5.16** A análise das leis mencionadas no parágrafo anterior demonstrou inexistir, no momento, impedimento legal para a contratação da operação de crédito pretendida pelo GDF. O Governo do Distrito Federal já preparou um Projeto de Lei com o objetivo de obter a autorização legislativa para contratar a operação de crédito externo e conceder as garantias exigidas pelo Tesouro Nacional. Deve ainda o GDF, ficar atento para, na época oportuna, providenciar a documentação necessária ao encaminhamento, ao Ministério da Fazenda, do pedido de contratação da operação de crédito e de concessão da garantia pela União, conforme previsto na Lei Federal N.º 101/00, na Resolução do Senado Federal N.º 43/01 e nas Portarias MEFP N.º 497/90, STN N.º 115/08 e STN N.º 138/10.

6 Análise das Receitas, das Despesas, do Resultado Primário e dos Balanços Patrimoniais do Distrito Federal

- 6.1** A metodologia para determinar a capacidade financeira de o Distrito Federal contratar um financiamento externo, aportar os recursos de contrapartida e ainda, honrar os compromissos decorrentes do empréstimo - durante e após a execução do projeto - tomou por base as Receitas, as Despesas referentes ao período de 2010 a 2014. Também foram levadas em consideração as estimativas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, da LOA para 2015.
- 6.2** A análise foi realizada considerando três alternativas de desembolso do financiamento do BID, que estão indicadas no parágrafo 1.12 e nas Planilhas VI, VII e VIII (**Anexos 8, 9 e 10**). As Planilhas I e II (**Anexos 3 e 4**) referentes às Receitas, às Despesas foram elaboradas a partir das informações mencionadas no parágrafo 1.10.
- 6.3** Com base no Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI), constante da Tabela 15, foi

elaborada a Planilhas I (**Anexo 3**) que mostram, respectivamente, as Receitas/Despesas e Balanços Patrimoniais, a preços constantes de 2014.

Tabela 15 - IGP-DI (variação acumulada)

ANO	ÍNDICE
2010	442,270
2011	465,586
2012	503,283
2013	531,060
2014	551,149

- 6.4** Os dados das Planilhas I mostram que, no período de 2010-2014, o crescimento médio das Receitas Tributárias, em termos reais foi de 5,05% e no mesmo período, a preços correntes, foi de 10,96%. Já a receita de ICMS apresentou um crescimento médio, a preços de 2014, de, 97%, de R\$ 5.599,9 milhões, em 2010, passou para R\$ 6.540,5 milhões, em 2014. A receita de ISS, no período de 2010-2014, cresceu em média, a preços constantes, 6,67%. As Receitas de Transferências da União, no mesmo período de 2010-2014, cresceu em termos reais médios 8,25%.
- 6.5** As Receitas Correntes, a preços de 2010, no período de 2010-2014, cresceu 4,49,%. A partir de 2010, o Governo Federal deixou de repassar recursos financeiros para pagamento das despesas com o pessoal da Saúde, da Educação e da Segurança. Estas despesas passaram a ser pagas diretamente pelo Governo Federal. A melhoria no sistema de fiscalização, de cobrança de tributos, da administração e cobrança da Dívida Ativa, como resultado da execução do PNAFE, vem respondendo diretamente pelo crescimento da arrecadação dos tributos do DF (ICMS, IPTU, ISS e Taxas).
- 6.7** As Planilhas V, VI, VII (**Anexo 7, Anexo 8, Anexo 9 e Anexo 10**) apresentam as projeções das Receitas, das Despesas, do Superávit/Déficit, do Resultado Primário, das Inversões e das necessidades de Operações de Crédito. A Planilha V (**Anexo 7**) considera a primeira alternativa de desembolso do financiamento do BID (desembolso em cinco anos) e mostra que, ao longo de todo o período de 2015-2024, sempre haverá Resultado Primário positivo. Dessa forma, considerando as estimativas de crescimento das Receitas e das Despesas, da ordem de 5 % e 5,5% respectivamente, ao ano, o Distrito Federal apresentaria capacidade para gerar os recursos suficientes para, juntamente com o empréstimo do BID, financiar os investimentos previstos. Caso o GDF realmente pretenda implantar os programas incluídos no PAF, mencionados no parágrafo 4.12, os limites da LRF, apresentados nas Tabelas 17, 18 e 19, são suficientes para contratar todas os programas, segundo o cronograma apresentado na Tabela 14.
- 6.8** Na elaboração da Planilha VI (**Anexo 8**), foi considerada a segunda alternativa de desembolso, em cinco anos, segundo o cronograma de desembolso apresentado no parágrafo 1.11. Nesta alternativa o Resultado

Primário também seria positivo. A Planilha VII (**Anexo 9**) foi elaborada considerando a terceira alternativa de desembolso, na qual é considerado um aumento de 10% no valor da Recomendação da COFIEIX. O cronograma de desembolso considerado nesta alternativa adota os mesmos percentuais da primeira alternativa. Nesta também o Resultado Primário seria positivo.

7 Limites Legais de Endividamento do Distrito Federal

7.1 A Constituição Federal (CF), como referido no parágrafo 5.1.1, determina que compete, privativamente, ao Senado Federal (SF) fixar limites, os quais devem ser observados pelos Estados e Municípios, para a realização de operações de crédito externo ou interno.

7.2 Anteriormente à LRF, a Administração Pública Brasileira estava subordinada apenas à Lei 4.320/64, que teve o grande mérito de estabelecer as normas gerais para elaboração, controle e execução dos orçamentos e dos balanços para os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Já a LRF, ao regulamentar os artigos da CF, nos aspectos referentes à Tributação, Orçamento e às normas gerais de Finanças Públicas, estabelece, no art. 1º, as *“normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”*.

7.3 Com o objetivo de punir o não cumprimento das disposições da LRF, foi aprovada a Lei N.º 10.028, de 19.10.00, que introduziu mudanças no Código Penal Brasileiro, alterando alguns artigos e acrescentando novos. A partir da edição desta lei, os detentores de cargos públicos que, no exercício de suas funções, praticarem atos de improbidade administrativa, serão punidos criminalmente. A mencionada Lei 10.028/00 criou a figura dos “Crimes Contra as Finanças Públicas”. O Artigo 359-A, introduzido no Código Penal, estabelece que:

“Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, está sujeito a”:

“Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.”

O Parágrafo único do referido artigo 359-A, estabelece que: “incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito interno ou externo”, nas seguintes condições:

“I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;”

“II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei.”

7.4 A LRF, nos arts. 19 e 20, estabelece limites para despesas com pessoal em cada ente da Federação, como percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). O limite estabelecido pela LRF para despesa com pessoal na esfera

do Distrito Federal é de 60% da RCL, repartido da seguinte forma: 3% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 6% para o Judiciário, 49% para o Poder Executivo e 2% para o Ministério Público. Como no DF as despesas com pessoal, do Poder Judiciário e do Ministério Público, são de responsabilidade do Governo Federal, o limite para despesas com pessoal fica reduzido a 52% (49% do Poder Executivo e 3% do Poder Legislativo).

- 7.5** Em dezembro de 2001, o SF editou a RSF N.º 43/01, já referida no parágrafo 5.1.4, a qual adotou o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), definido pela LRF. Este novo conceito difere do utilizado anteriormente pela RSF N.º 78/98, que tratava de Receita Líquida Real (RLR). A definição de RCL estabelecida no art. 4º da RSF N.º 43/01, é a seguinte: “RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; nos Estados e Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF; a RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades”.
- 7.6** A antiga RSF N.º 78/98 (já revogada pela RSF N.º 43/01) definia RLR, como sendo *“a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, observado, ainda, o seguinte: I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participações constitucionais e legais; II – serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidos com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; o superávit financeiro das Autarquias e Fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da Receita Líquida Real. São excluídas dos limites da RLR as operações de crédito contratadas pelos Estados e pelos Municípios, junto a organismos multilaterais de crédito ou a instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimentos para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo e aprovado pelo Senado Federal”*.

7.7 A RSF N.º 43/01 fixa, com base na CF e na LRF, os seguintes limites a serem observados pelos Estados e Municípios, quando da contratação de operações de crédito interno e externo:

- I – vedação de realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta (Art. 6º da RSF N.º 43/01).
- II – O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL (Art. 7º, inciso I da RSF N.º 43/01).
- III – O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativa a valores a desembolsar, de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da RCL (Art. 7º, inciso II da RSF N.º 43/01).
- IV – O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo SF, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos os Municípios² (Art.7º, inciso III da RSF N.º 43/01).

7.8 Considerando os valores de Receita e Despesa constantes dos Balancetes Financeiros do Distrito Federal, referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, foram calculados a RCL e os índices definidos pela RSF N.º 43/01, os quais estão apresentados em tabelas adiantes. Antes de serem calculados os referidos índices, devem ser esclarecidos os conceitos de:

i) Dívida Pública Consolidada - é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos do DF, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze (12) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito que, embora de prazo inferior a doze (12) meses, tenham constado como receita no orçamento;

ii) Dívida Pública Mobiliária - é a dívida pública representada por títulos (bônus) emitidos pelo DF;

iii) Dívida Consolidada Líquida - é a Dívida Pública Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais ativos financeiros;

² A RSF N.º 40, estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, não poderá exceder a 2 vezes a RCL. Considera dívida líquida consolidada igual à dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

iv) **Dívida Fundada Interna** - é a Dívida Pública Consolidada, decorrente de obrigações internas;

v) **Dívida Fundada Externa**, é a Dívida Pública Consolidada decorrente de obrigações externas.

7.9 O Cálculo do índice da Despesa com Pessoal sobre a RCL, da Administração Direta, da Administração Indireta do DF, do Legislativo, incluindo neste o Tribunal de Contas do DF e excluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público, referente aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, considerando os valores publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, é apresentado na Tabela 16 a baixo:

Tabela 16 Limites de Despesa com Pessoal e Encargos

Em R\$ 1.000

ITENS	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa com Pessoal (DP) ¹	5.295.134,22	5.928.304,82	6.774.284,13	7.494.570,09	8.626.125,13
Receita Corrente Líquida (RCL)	11.485.148,50	12.859.741,83	14.312.436,25	15.811.905,45	17.504.269,62
DP/RCL	46,11%	46,25%	47,34%	47,39%	49,28%
Limite Máximo (definido p/LRF= a 60,00% da RCL) P/DF = 52%	5.972.277,22	6.687.065,75	7.442.466,85	8.222.190,83	9.102.220,20
Limite Prudencial (definido p/LRF = a 95% do Limite Máximo)	5.673.663,36	6.352.712,46	7.070.343,51	7.811.081,29	8.647.109,19
Limite de Alerta (definido p/LRF = a 90% do Limite Máximo)	5.375.049,50	6.018.349,18	6.698.220,17	7.399.971,75	8.191.998,18

Nota 1: No Distrito Federal, as Despesas com Pessoal do Poder Judiciário e do Ministério Público, são de responsabilidade do Governo Federal. Por esta razão, o limite de gasto com Pessoal do GDF é de 52%

7.10 Cálculo do limite referente às operações de crédito realizadas nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, considerando os valores publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, é apresentado na Tabela 17, a seguir.

Tabela 17 Limites para Operações de Crédito (internas e externas)

Em R\$ 1.000,00

ITENS	2010	2011	2012	2013	2014
Montante das Operações Realizadas no Exercício (MORE)	292.024,09	153.228,65	213.334,53	190.456,33	487.897,16
Receita Corrente Líquida (RCL)	11.485.148,50	12.859.741,83	14.312.436,25	15.811.905,45	17.504.269,62
MORE/RCL	2,54%	1,19%	1,49%	1,20%	2,79%
Limite Máximo (definido p/RSF, = a 16.00% da RCL)	1.837.623,76	2.057.558,69	2.289.989,80	2.529.904,87	2.800.683,14
Limite de Alerta (definido p/LRF, = a 90% do Limite Máximo)	1.653.861,38	1.851.802,82	2.060.990,82	2.276.914,38	2.520.614,83

7.11 Cálculo do limite de comprometimento anual com amortização e encargos, decorrentes de operações de crédito realizadas nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, considerando os valores publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, é apresentado na Tabela 18, a seguir.

Tabela 18 Limite anual de amortização e encargos da dívida

Em R\$ 1.000,00

ITENS	2010	2011	2012	2013	2014
Mont. Anual de Amortização e Encargos Dívida (MAED)	269.218,00	290.751,00	326.190,30	308.740,00	370.598,00
Rec. Corrente Líquida (RCL)	11.485.148,50	12.859.741,83	14.312.436,25	15.811.905,45	17.504.269,62
MAED/RCL	2,34%	2,26%	2,28%	1,95@	2,12%
Limite Máximo (definido p/RSF, 11,50%)	1.320.792,08	1.478.870,31	1.645.930,17	1.818.369,13	2.012.991,01

7.12 Cálculo do limite da Dívida Consolidada Líquida (DCL) nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, considerando os valores publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, é apresentado na Tabela 19.

Tabela 19 Limite da Dívida Consolidada Líquida

Em R\$ 1.000,00

ITENS	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.081.760,99	2.046.859,13	1.432.931,07	2.543.966,92	3.618.924,04
Rec. Corrente Líquida (RCL)	11.485.148,50	12.859.741,83	14.312.436,25	15.811.905,45	17.504.269,62
DCL/RCL	18,13%	15,92%	10,01%	16,09%	20,67%
Limite Máximo (definido p/RSF = a 200% da RCL)	22.970.297,00	25.719.483,66	28.624.872,50	31.623.810,90	35.008.539,24
Limite de Alerta (definido p/LRF = a 90% do Limite Máximo)	20.673.267,30	23.147.535,29	25.762.385,25	28.461.429,81	31.507.685,32

7.13 A tabela seguinte apresenta um resumo dos limites apresentados nas tabelas anteriores, referentes aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Tabela 20 Limites da LRF e RSF (Resumo)

Limite e Norma Legal	Limite Legal	EM %				
		Limite alcançado 2010	Limite alcançado 2011	Limite alcançado 2012	Limite alcançado 2013	Limite alcançado 2014
DP/RCL (Art. 20 da LRF – Lei 101/00) ¹	52,00	46,11	46,25	47,34	47,39	49,28
MORE/RCL (Art. 7º, inciso I da RSF Nº 43/01)	16,00	2,54	1,19	1,49	1,20	2,79
MAED/RCL (Art. 7º, inciso II da RSF Nº 43/01)	11,50	2,34	2,26	2,28	1,95	2,12%
DCL/RCL (Art. 7º, inciso III RSF Nº 43/01 e Art. 3º da RSF Nº 40/01)	200	18,13	15,92	10,01	16,09	20,67

7.14 Como indicado na Tabela 20 acima, todos os limites estão em acordo com as normas legais (LRF Nº 101 e a RSF Nº 43). E quando o limite de gastos com pessoal é desagregado por poder, como determina a LRF, os gastos dos Poderes continuam enquadrados nos limites fixados para os Poderes como pode ser vista na Tabela 21, a baixo.

Tabela 21 Limites de Despesa com Pessoal e Encargos por Poderes

Repartição dos Limites por Poder	Limite (Inciso II do Art. 20 LRF)	EM %				
		Limite alcançado em 2010	Limite alcançado em 2011	Limite alcançado em 2012	Limite alcançado em 2013	Limite alcançado em 2014
Total dos Poderes (1+2+3+4)	60,00	46,11	46,25	47,34	47,39	29,28
Poder Executivo (1)	49,00	43,40	43,45	44,98	45,02	46,93
Legislativo (2) = (a+b)	3,00	2,71	2,80	2,36	2,37	2,35
Câmara Distrital (a)	1,70	1,58	1,68	1,48	1,47	1,51
Tribunal de Contas (b)	1,30	1,13	1,09	0,88	0,90	0,84
Poder Judiciário (3) ¹	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público (4) ¹	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: No Distrito Federal as Despesas com Pessoal, do Poder Judiciário e do Ministério Público, são de responsabilidade do Governo Federal. Por esta razão, o limite de gasto de Pessoal do GDF é de 52% (Executivo 49% e Legislativo 3%)

8 Conclusões

8.1 A Avaliação Financeira e Orçamentária do Distrito Federal permite afirmar, com base nos dados coletados nos diferentes órgãos da administração do GDF, nos documentos orçamentários e financeiros, nas normas legais (Leis,

Decretos etc.) e nas entrevistas realizadas com os dirigentes daqueles órgãos, que o Distrito Federal dispõe de limites de endividamento para contratar um financiamento externo no montante recomendado pela Recomendação COFIEX Nº 1.279/11.

- 8.2** A análise dos dados dos Balanços anuais do período de 2010 a 2014 mostrou que o GDF apresenta superávit em todos os exercícios. Já o Resultado Primário (RP) foi positivo em 2012 e 2013 e negativo nos outros exercícios. Merece destacar que, a média dos Resultados Primários é positiva. Porém, com ocorreram RP negativos, em três exercícios seguidos, a STN, quando da avaliação para concessão de Garantia, efetuará uma avaliação com base nos resultados da execução orçamentária do primeiro semestres de 2015 e certamente exigirá do GDF garantias complementares.

ANEXO 1

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO
ESTRUTURA BÁSICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA¹

• **ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

- ✓ Governadoria
- ✓ Vice-Governadoria
- ✓ Chefia de Gabinete do Governador

✓ **SECRETARIAS DE ESTADO**

1. Casa Civil
2. Casa Militar
3. Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais
4. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
5. Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização
6. Secretaria de Estado de Fazenda
7. Secretaria de Estado de Saúde
8. Secretaria de Estado de Educação
9. Secretaria de Estado de Mobilidade
10. Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável
11. Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo
12. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
13. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
14. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
15. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
16. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos
17. Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
18. Secretaria de Estado do Meio Ambiente
19. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social
20. Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
21. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude
22. Secretaria de Estado do Esporte e Lazer
23. Secretaria de Estado de Turismo
24. Secretaria de Estado de Cultura

✓ **ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS**

1. Procuradoria-Geral do Distrito Federal
2. Controladoria Geral do Distrito Federal
3. Polícia Militar do Distrito Federal
4. Polícia Civil do Distrito Federal
5. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

¹ Nota **Base legal:** Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015 (Situação em abril/2015)

✓ **ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS**

1. Administração Regional do Plano Piloto
2. Administração Regional de Gama
3. Administração Regional de Taguatinga
4. Administração Regional de Brazlândia
5. Administração Regional de Sobradinho
6. Administração Regional de Planaltina
7. Administração Regional do Paranoá
8. Administração Regional do Núcleo Bandeirante
9. Administração Regional de Ceilândia
10. Administração Regional do Guará
11. Administração Regional do Cruzeiro
12. Administração Regional de Samambaia
13. Administração Regional de Santa Maria
14. Administração Regional de São Sebastião
15. Administração Regional do Recanto Das Emas
16. Administração Regional do Lago Sul
17. Administração Regional do Riacho Fundo
18. Administração Regional do Lago Norte
19. Administração Regional da Candangolândia
20. Administração Regional de Águas Claras
21. Administração Regional do Riacho Fundo II
22. Administração Regional do Sudoeste/Octogonal
23. Administração Regional do Varjão
24. Administração Regional do Parkway
25. Administração Regional de Sobradinho II
26. Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
27. Administração Regional do Jardim Botânico
28. Administração Regional do Itapoã
29. Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento
30. Administração Regional de Vicente Pires
31. Administração Regional da Fercal

✓ **ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS**

1. Arquivo Público do Distrito Federal
2. Jardim Botânico de Brasília

• **ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

✓ **Autarquias**

1. Departamento de Trânsito - DETRAN
2. Departamento de Estradas e Rodagem - DER
3. Serviço de Limpeza Urbana – SLU
4. Transporte Urbano do DF – DFTRANS
5. Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental

✓ **Autarquias em Regime Especial**

1. Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON
2. Agência Reguladora de Águas e Saneamento - ADASA
3. Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS
4. Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV
5. Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS

✓ **Fundações**

1. Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP
2. Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP
3. Fundação Hemocentro de Brasília - FHB
4. Fundação Jardim Zoológico de Brasília
5. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS
6. Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB

✓ **Empresas Públicas**

1. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN
2. Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
3. Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF
4. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
5. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
6. Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB
7. Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB

✓ **Sociedades de Economia Mista**

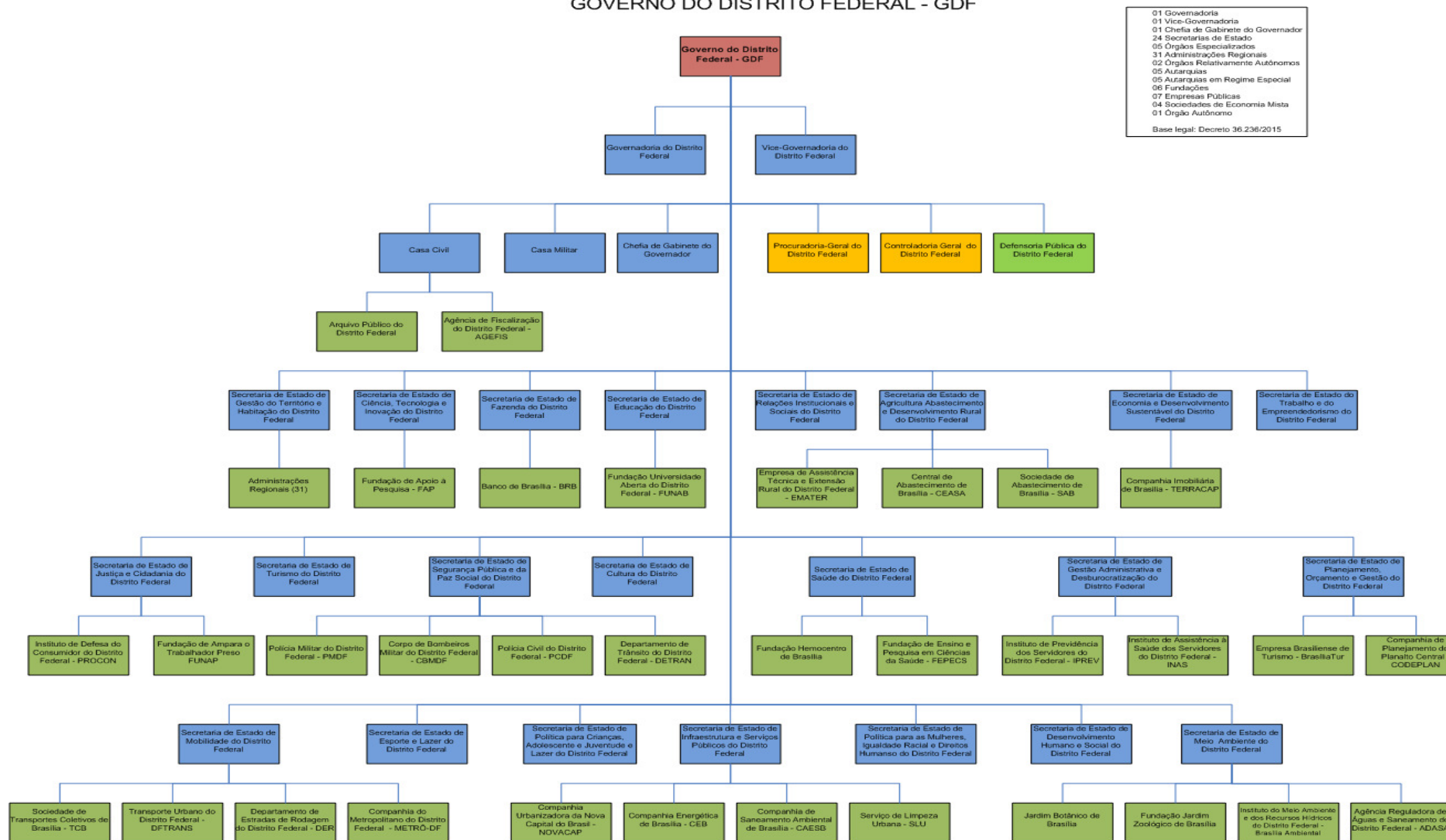
1. Banco Regional de Brasília - BRB
2. Cia Energética de Brasília – CEB
3. Cia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB
4. Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA

✓ **Órgãos Autônomos**

1. Defensoria Pública do Distrito Federal

ANEXO 2

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF



01 Governadoria
01 Vice-Governadoria
01 Chefe de Gabinete do Governador
24 Secretarias de Estado
05 Órgãos Especializados
31 Administrações Regionais
02 Órgãos Relativamente Autônomos
05 Autarquias
05 Autarquias em Regime Especial
06 Fundações
07 Empresas Públicas
04 Sociedades de Economia Mista
01 Órgão Autônomo

Base legal: Decreto 36.236/2015

ANEXO 3

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
Período 2010-2014 (Preços Correntes)

DISTRITO FEDERAL (DF)					
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.544.235	13.859.352	15.705.251	17.160.587	19.334.171
1.0.0.0. - RECEITAS CORRENTES	13.228.625	14.681.591	16.239.812	17.763.100	19.638.735
1.1.0.0. - Receita Tributária	8.352.922	9.366.541	10.287.232	11.443.796	12.665.998
1.1.1.0. - Impostos	8.227.345	9.230.677	10.137.964	11.274.218	12.494.713
1.1.1.1. - ICMS	4.493.609	5.008.749	5.662.023	6.174.901	6.540.460
1.1.1.2. - IPTU	400.009	446.247	474.722	525.284	550.371
1.1.1.3. - ISS	856.498	941.304	1.159.325	1.327.208	1.375.364
1.1.1.4. - Outros	2.477.229	2.834.377	2.841.894	3.246.825	4.028.518
1.1.2.0. - Taxas	125.577	135.864	149.268	169.578	171.285
1.2.0.0. - Receita de Contribuições	1.102.899	1.236.037	1.365.670	1.296.970	1.532.704
1.3.0.0. - Receita Patrimonial	345.357	383.423	432.945	350.622	633.333
1.3.1.0. - Valores Mobiliários	209.781	313.385	399.447	311.508	567.901
1.3.2.0. - Outras	135.576	70.038	33.498	39.114	65.432
1.4.0.0. - Receita Agropecuária	21	10	12.514	13	22
1.5.0.0. - Receita Industrial	2.910	3.547	4.298	5.664	2.083
1.6.0.0. - Receita de Serviços	312.385	328.814	380.039	482.040	435.190
1.7.0.0. - Transferências Correntes	2.438.870	2.692.113	3.036.416	3.181.052	3.468.798
1.7.1.0. - Da União	1.200.872	1.340.538	1.432.012	1.507.173	1.620.542
1.7.1.1. - FPE	336.680	414.726	427.618	459.882	501.138
1.7.1.2. - FPM	87.810	110.092	113.806	121.903	134.843
1.7.1.3. - Outras Transferências	776.382	815.720	890.589	925.388	984.561
1.7.2.0. - Outras Origens (Inst. Privadas)	8.623	11.035	9.130	5.766	16.621
1.7.3.0. - Transf. Multigovernamentais	1.183.606	1.295.076	1.484.923	1.574.665	1.716.219
1.7.4.0. - Outras Origens (de Pessoas)	5.635	7.170	7.068	7.063	8.315
1.7.5.0. - Transf. de Convênios	40.134	38.294	103.283	86.386	107.101
1.9.0.0. - Outras Receitas Correntes	673.261	671.106	720.699	1.002.943	900.607
2.0.0.0. - RECEITAS DE CAPITAL	497.271	470.047	954.652	613.412	977.554
2.1.0.0. - Operações de Crédito	292.024	153.230	213.335	199.689	487.897
2.1.1.0. - Operações de Crédito Interno	125.512	109.914	191.541	190.456	461.059
2.1.2.0. - Operações de Crédito Externo	166.512	43.316	21.794	9.233	26.838
2.2.0.0. - Alienação de Bens	67.367	28.402	13.481	8.994	7.277
2.3.0.0. - Amortização de Empréstimo	12.815	5.414	18.851	60.997	88.745
2.4.0.0. - Transferências de Capital	125.065	283.001	708.985	343.732	393.635
2.5.0.0. - Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES DE RECEITAS P/FUNDEF	1.188.306	1.299.319	1.489.212	1.574.664	1.716.219
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	12.272.739	13.808.066	14.856.861	16.627.336	19.008.772
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES	10.981.411	12.496.114	13.167.175	15.503.155	16.897.594
3.1.0.0. - Pessoal e Encargos Sociais	5.707.727	7.779.175	8.655.572	9.582.583	10.960.631
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida	138.980	146.863	146.471	152.907	183.052
3.2.1.0. - Da Dívida Interna	138.980	146.863	146.471	152.907	183.052
3.2.2.0. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
3.3.0.0. - Outras Despesas Correntes	5.134.703	4.570.076	4.365.132	5.767.665	5.753.911
4.0.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL	1.291.328	1.311.953	1.689.686	1.124.182	2.111.178
4.1.0.0. - Investimentos	1.041.463	974.861	1.224.727	682.526	1.642.941
4.2.0.0. - Inversões Financeiras	119.628	193.204	302.690	275.996	280.691
4.2.1.0. - Concessão de Empréstimos	119.628	193.204	302.690	275.996	280.691
4.2.2.0. - Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
4.3.0.0. - Transferências de Capital	130.238	143.888	162.269	165.660	187.546
4.3.1.0. - Amortizações	130.238	143.888	162.269	165.660	187.546
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	130.238	143.888	162.269	165.660	187.546
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
- R. COR. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.645	7.033	0	358.739	434.101
SUPERAVIT/DEFICIT	271.496	51.286	848.390	533.251	325.399
CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO					
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.544.235	13.859.352	15.705.251	17.160.587	19.334.171
1.3.1.0. - Valores Mobiliários	-209.781	-313.385	-399.447	-311.508	-567.901
2.1.0.0. - Operações de Crédito	-292.024	-153.230	-213.335	-199.689	-487.897
2.2.0.0. - Alienação de Bens	-67.367	-28.402	-13.481	-8.994	-7.277
RECEITA LÍQUIDA	11.975.063	13.364.335	15.078.989	16.640.395	18.271.096
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	12.272.739	13.808.066	14.856.861	16.627.336	19.008.772
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida	-138.980	-146.863	-146.471	-152.907	-183.052
4.3.1.0. - Amortizações	-130.238	-143.888	-162.269	-165.660	-187.546
DESPESAS LÍQUIDAS	12.003.521	13.517.316	14.548.121	16.308.769	18.638.174
RESULTADO PRIMARIO	-28.458	-152.981	530.868	331.626	-367.078
% Variação Acumulada do IGP-DI	404.185	398.407	443.270	465.586	465.586
Resultado Primário a preços de 2013	-32.781	-178.776	557.594	331.626	-367.078
Estrutura de Pesos X1	0.13	0.17	0.20	0.50	0.00
Estrutura de Pesos X2	0.05	0.10	0.15	0.20	0.50
	-4.262	-30.392	111.519	165.813	0
	-1.639	-17.878	83.639	66.325	-183.539
					242.678
					-53.092
Média do Resultado Primário					94.793
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida					-183.052
					-88.259
4.3.1.0. - Amortizações					-187.546
					-275.805

ANEXO 4

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
Período 2010-2014 (Preços de 2014)

Em R\$ 1.000

DISTRITO FEDERAL (DF)					
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.632.402	16.406.352	17.198.938	17.830.288	19.258.809
1.0.0.0. - RECEITAS CORRENTES	16.485.277	17.379.698	17.784.340	18.435.045	19.638.735
1.1.0.0. - Receita Tributária	10.409.263	11.087.876	11.265.625	11.876.693	12.665.998
1.1.1.0. - Impostos	10.252.771	10.927.043	11.102.160	11.700.700	12.494.713
1.1.1.1. - ICMS	5.599.856	5.929.231	6.200.524	6.408.486	6.540.460
1.1.1.2. - IPTU	498.484	528.256	519.872	545.155	550.371
1.1.1.3. - ISS	1.067.353	1.114.292	1.269.585	1.377.414	1.375.364
1.1.1.4. - Outros	3.087.079	3.355.264	3.112.179	3.369.646	4.028.518
1.1.2.0. - Taxas	156.492	160.832	163.465	175.993	171.285
1.2.0.0. - Receita de Contribuições	1.374.413	1.463.190	1.495.555	1.346.032	1.532.704
1.3.0.0. - Receita Patrimonial	430.378	453.887	474.121	363.886	633.333
1.3.1.0. - Valores Mobiliários	261.425	370.977	437.437	323.292	567.901
1.3.2.0. - Outras	168.952	82.909	36.684	40.594	65.432
1.4.0.0. - Receita Agropecuária	26	12	13.704	13	22
1.5.0.0. - Receita Industrial	3.626	4.199	4.707	5.878	2.083
1.6.0.0. - Receita de Serviços	389.289	389.242	416.184	500.275	435.190
1.7.0.0. - Transferências Correntes	3.039.276	3.186.856	3.325.202	3.301.385	3.468.798
1.7.1.0. - Da União	1.496.505	1.586.895	1.568.207	1.564.186	1.620.542
1.7.1.1. - FPE	419.565	490.942	468.287	477.278	501.138
1.7.1.2. - FPM	109.427	130.324	124.629	126.514	134.843
1.7.1.3. - Outras Transferências	967.513	965.629	975.291	960.394	984.561
1.7.2.0. - Outras Origens (Inst. Privadas)	10.746	13.063	9.998	5.984	16.621
1.7.3.0. - Transf. Multigovernamentais	1.474.989	1.533.078	1.626.150	1.634.232	1.716.219
1.7.4.0. - Outras Origens (de Pessoas)	7.022	8.488	7.741	7.330	8.315
1.7.5.0. - Transf. de Convênios	50.014	45.331	113.106	89.654	107.101
1.9.0.0. - Outras Receitas Correntes	839.006	794.438	789.243	1.040.882	900.607
2.0.0.0. - RECEITAS DE CAPITAL	619.690	556.430	1.045.446	636.617	977.554
2.1.0.0. - Operações de Crédito	363.915	181.390	233.624	207.243	487.897
2.1.1.0. - Operações de Crédito Interno	156.411	130.113	209.758	197.661	461.059
2.1.2.0. - Operações de Crédito Externo	207.504	51.276	23.867	9.582	26.838
2.2.0.0. - Alienação de Bens	83.952	33.622	14.763	9.335	7.277
2.3.0.0. - Amortização de Empréstimo	15.970	6.409	20.644	63.304	88.745
2.4.0.0. - Transferências de Capital	155.854	335.009	776.414	356.735	393.635
2.5.0.0. - Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES DE RECEITAS P/FUNDEF	1.480.846	1.538.101	1.630.848	1.634.231	1.716.219
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	15.294.068	16.345.642	16.269.860	17.256.317	19.008.772
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES	13.684.838	14.792.585	14.419.472	16.089.610	16.897.594
3.1.0.0. - Pessoal e Encargos Sociais	7.112.868	9.208.792	9.478.782	9.945.074	10.960.631
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida	173.195	173.852	160.401	158.691	183.052
3.2.1.0. - Da Dívida Interna	173.195	173.852	160.401	158.691	183.052
3.2.2.0. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
3.3.0.0. - Outras Despesas Correntes	6.398.776	5.409.941	4.780.289	5.985.845	5.753.911
4.0.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL	1.609.230	1.553.056	1.850.388	1.166.707	2.111.178
4.1.0.0. - Investimentos	1.297.852	1.154.016	1.341.208	708.344	1.642.941
4.2.0.0. - Inversões Financeiras	149.078	228.710	331.478	286.436	280.691
4.2.1.0. - Concessão de Empréstimos	149.078	228.710	331.478	286.436	280.691
4.2.2.0. - Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
4.3.0.0. - Transferências de Capital	162.300	170.331	177.702	171.927	187.546
4.3.1.0. - Amortizações	162.300	170.331	177.702	171.927	187.546
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	162.300	170.331	177.702	171.927	187.546
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
- R. COR. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.280	8.325	0	392.858	358.739
SUPERAVIT/DEFICIT	338.334	60.711	929.078	573.971	250.037
CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO					
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.632.402	16.406.352	17.198.938	17.830.288	19.258.809
1.3.1.0. - Valores Mobiliários	-261.425	-370.977	-437.437	-323.292	-567.901
2.1.0.0. - Operações de Crédito	-363.915	-181.390	-233.624	-207.243	-487.897
2.2.0.0. - Alienação de Bens	-83.952	-33.622	-14.763	-9.335	-7.277
RECEITA LÍQUIDA	14.923.110	15.820.364	16.513.114	17.290.418	18.195.734
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	15.294.068	16.345.642	16.269.860	17.256.317	19.008.772
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida	-173.195	-173.852	-160.401	-158.691	-183.052
4.3.1.0. - Amortizações	-162.300	-170.331	-177.702	-171.927	-187.546
DESPESAS LÍQUIDAS	14.958.574	16.001.458	15.931.757	16.925.699	18.638.174
RESULTADO PRIMÁRIO	-35.464	-181.095	581.357	364.719	-442.440

INFLAÇÃO IGP-DI (FGV)		
ANO	% (variação anual)	% (variação acumulada)
2010	11,30	442,270
2011	05,00	465,586
2012	08,10	503,283
2013	05,52	531,060
2014	03,78	551,149

ANEXO 5

**PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO
PRIMÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - Período 2015-2024**

PRIMEIRA ALTERNATIVA (Desembolso do financiamento em dez parcelas semestrais)

EM R\$ 1.000.000

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINAÇÃO	2015*	2016**	2017**	2018**	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.475,53	26.230,64	27.842,05	29.332,66	30.755,90	32.252,33	33.858,07	35.551,95	37.330,58	39.198,19
1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	24.878,90	26.475,53	27.902,85	29.307,97	30.773,44	32.312,17	33.927,85	35.624,32	37.405,61	39.275,98
1.1.0.0 - Receita Tributária	14.255,60	15.760,86	16.977,19	17.826,05	18.717,35	19.653,22	20.635,88	21.667,68	22.751,06	23.888,61
1.1.1.0 - Impostos	14.082,96	15.556,92	16.761,92	17.600,01	18.480,01	19.404,01	20.374,21	21.392,93	22.462,57	23.585,70
1.1.1.1 - ICMS	9.455,57	8.324,36	9.019,76	9.470,75	9.944,28	10.441,50	10.963,57	11.511,75	12.087,34	12.691,71
1.1.1.2 - IPTU	648,09	686,36	723,56	759,74	797,72	837,61	879,49	923,47	969,64	1.018,12
1.1.1.3 - ISS	1.752,22	1.883,90	2.025,04	2.126,29	2.232,61	2.344,24	2.461,45	2.584,52	2.713,75	2.849,43
1.1.1.4 - Outros	2.227,09	4.662,30	4.993,56	5.243,24	5.505,40	5.780,67	6.069,70	6.373,19	6.691,85	7.026,44
1.1.2.0 - Taxas	172,64	203,93	215,28	226,04	237,34	249,21	261,67	274,75	288,49	302,91
1.2.0.0 - Receita de Contribuições	184,42	189,00	202,00	212,10	222,71	233,84	245,53	257,81	270,70	284,23
1.3.0.0 - Receita Patrimonial	239,64	252,90	269,60	283,08	297,23	312,10	327,70	344,09	361,29	379,35
1.3.1.0 - Valores Mobiliários	200,22	210,30	221,30	232,37	243,98	256,18	268,99	282,44	296,56	311,39
1.3.2.0 - Outras	39,42	42,60	48,30	50,72	53,25	55,91	58,71	61,64	64,73	67,96
1.4.0.0 - Receita Agropecuária	4,45	4,55	5,01	5,26	5,55	5,86	6,18	6,52	6,88	7,25
1.5.0.0 - Receita Industrial	6,80	7,00	7,10	7,46	7,87	8,30	8,75	9,24	9,74	10,28
1.6.0.0 - Receita de Serviços	475,78	485,90	492,54	517,17	543,03	570,18	598,69	628,62	660,05	693,05
1.7.0.0 - Transferências Correntes	9.070,57	9.178,75	9.407,11	9.887,44	10.381,84	10.900,96	11.446,04	12.018,37	12.619,32	13.250,32
1.7.1.0 - Da União	7.168,53	7.224,34	7.410,55	7.781,07	8.170,13	8.578,63	9.007,57	9.457,94	9.930,84	10.427,38
1.7.1.1 - FPE	528,99	556,36	586,51	615,84	646,63	678,96	712,91	748,56	785,99	825,28
1.7.1.2 - FPM	140,81	147,58	155,58	163,36	171,53	180,11	189,11	198,57	208,50	218,92
1.7.1.6 - Outras Transferências	6.498,74	6.520,40	6.668,45	7.001,87	7.351,97	7.719,56	8.105,54	8.510,82	8.936,36	9.383,18
1.7.2.0 - O.Origens (Inst. Privadas)	4,36	4,50	4,93	5,20	5,49	5,79	6,11	6,44	6,80	7,17
1.7.3.0 - Trf. Multigovernamentais	1.821,46	1.871,90	1.910,45	2.015,52	2.116,30	2.222,12	2.333,22	2.449,88	2.572,38	2.701,00
1.7.4.0 - Outras Origens (Pessoas)	9,91	10,01	11,20	11,82	12,41	13,03	13,68	14,36	15,08	15,83
1.7.5.0 - Transf. de Convênio	66,32	68,00	69,98	73,83	77,52	81,40	85,47	89,74	94,23	98,94
1.9.0.0 - Outras Rec. Correntes	646,09	601,12	547,31	574,68	603,41	633,58	665,26	698,52	733,45	770,12
2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	3.388,19	1.563,31	1.775,56	1.952,86	2.007,05	2.065,51	2.161,35	2.269,80	2.383,70	2.503,31
2.1.0.0 - Operações de Crédito	1.921,38	884,79	957,66	1.093,76	1.104,66	1.117,66	1.165,74	1.224,03	1.285,23	1.349,49
2.1.1.0 - Operações C. Interno	1.756,03	707,80	765,80	804,09	844,29	886,51	930,83	977,38	1.026,25	1.077,56
2.1.2.0 - Operações C. Externo	165,34	176,99	191,86	289,67	260,37	231,15	234,91	246,66	258,99	271,94
2.1.2.1 - BID - BSB II	0,00	8,09	63,86	76,60	47,30	7,43	-	-	-	-
2.1.2.2 - Outras Operações	165,34	168,90	128,00	213,07	213,07	223,72	234,91	246,66	258,99	271,94
2.2.0.0 - Alienação de Bens	56,66	58,20	62,00	65,41	69,01	72,80	76,81	81,03	85,49	90,19
2.3.0.0 - Amortização Empréstimos	78,17	80,32	85,90	90,20	94,70	99,44	104,41	109,63	115,11	120,87
2.4.0.0 - Transf. de Capital	1.331,99	540,00	670,00	703,50	738,68	775,61	814,39	855,11	897,86	942,76
DEDUÇÕES DE RECEITA P/FUNDEB	1.821,46	1.887,90	1.920,45	2.016,47	2.117,30	2.223,16	2.334,32	2.451,03	2.573,59	2.702,27
Rec. Corrente Intra-Orçamentária	26,19	68,90	72,89	76,53	80,36	84,78	89,44	94,36	99,55	105,03
Rec. de Capital Intra-Orçamentária	3,70	10,80	11,20	11,76	12,35	13,03	13,74	14,50	15,30	16,14
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24.634,23	25.247,74	26.584,39	28.061,10	29.554,79	31.116,83	32.826,79	34.631,37	36.535,21	38.543,77
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	20.277,38	21.068,70	22.050,59	23.264,11	24.544,24	25.894,40	27.318,46	28.820,66	30.405,48	32.077,47
3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais	14.237,65	14.806,48	15.484,56	16.336,21	17.234,70	18.182,61	19.182,65	20.237,70	21.350,77	22.525,07
3.2.0.0 - Juros Encargos da Dívida	202,00	265,52	280,68	296,85	313,78	331,27	349,36	368,25	388,19	409,24
3.2.1.0 - Da Dívida Interna	202,00	255,05	268,46	283,23	298,80	315,24	332,57	350,87	370,16	390,52
3.2.2.0 - Da Dívida Externa	0,00	10,47	12,22	13,63	14,98	16,04	16,79	17,39	18,03	18,72
3.2.2.1 - BID - BSB II	0,00	0,47	1,10	1,90	2,60	2,98	3,01	2,85	2,70	2,54
3.2.2.2 - Outras Dívidas	0,00	10,00	11,12	11,73	12,38	13,06	13,78	14,53	15,33	16,18
3.3.0.0 - Outras Desp. Correntes	5.837,73	5.996,70	6.285,35	6.631,04	6.995,75	7.380,52	7.786,45	8.214,70	8.666,51	9.143,17
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	4.101,63	4.179,04	4.533,79	4.796,99	5.010,56	5.222,42	5.508,33	5.810,71	6.129,73	6.466,29
4.1.0.0 - Investimentos	3.564,18	3.622,14	3.916,19	4.145,42	4.323,15	4.497,21	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.1.1.0 - - BID - BSB II	0,00	12,14	95,79	114,90	70,95	11,14	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1 - Contrapartida - GDF(33,334%)	0,00	4,05	31,93	38,30	23,65	3,71	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2 - Financiamento BID(66,666%)	0,00	8,09	63,86	76,60	47,30	7,43	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0 - Outros	3.564,18	3.610,00	3.820,40	4.030,52	4.252,20	4.486,07	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.2.0.0 - Inversões Financeiras	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.1.0 - Concessão Empréstimos	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.2.0 - Demais Inve.Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3.0.0 - Transferências de Capital	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	304,77	320,96	338,04	356,06
4.3.1.0 - Amortizações	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	304,77	320,96	338,04	356,06
4.3.1.1 - Da Dívida Interna	190,42	157,90	185,60	195,81	206,58	217,94	229,93	242,57	255,91	269,99
4.3.1.2 - Da Dívida Externa	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	74,84	78,39	82,12	86,07
- - BID - BSB II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,42	10,42	10,42	10,42
- Outras Dívidas Externas	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	64,42	67,96	71,70	75,64
Reserva de Contingência	255,22	321,00	418,09	127,00	127,00	132,00	128,00	127,00	125,00	123,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT	1.841,30	982,90	1.257,66	1.271,56	1.201,11	1.135,51	1.031,28	920,58	795,37	654,43
RESULTADO PRIMÁRIO	324,33	571,71	829,08	738,25	689,93	645,91	540,21	409,30	263,16	100,55

OBS: * Estimado com base nos valores da LOA de 2015.

** Em 2016 a 2017 foram estimados considerados os valores indicados na LDO para 2015

A partir de 2018 foi adotada uma taxa de crescimento linear de 5,%, para as Receitas e de 5,5% para as Despesas.

ANEXO 6

PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO

PRIMÁRIO DO DF - Período 2015-2024

SEGUNDA ALTERNATIVA (Desembolso do financiamento em dez parcelas desiguais)

Em R\$ 1.000.000

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINAÇÃO	2015*	2016**	2017**	2018**	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.475,53	26.242,88	27.829,01	29.327,21	30.749,26	32.265,23	33.858,07	35.551,95	37.330,58	39.198,19
1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	24.878,90	26.475,53	27.902,85	29.307,97	30.773,44	32.312,17	33.927,85	35.624,32	37.405,61	39.275,98
1.1.0.0 - Receita Tributária	14.255,60	15.760,86	16.977,19	17.826,05	18.717,35	19.653,22	20.635,88	21.667,68	22.751,06	23.888,61
1.1.1.0 - Impostos	14.082,96	15.556,92	16.761,92	17.600,01	18.480,01	19.404,01	20.374,21	21.392,93	22.462,57	23.585,70
1.1.1.1 - ICMS	9.455,57	8.324,36	9.019,76	9.470,75	9.944,28	10.441,50	10.963,57	11.511,75	12.087,34	12.691,71
1.1.1.2 - IPTU	648,09	686,36	723,56	759,74	797,72	837,61	879,49	923,47	969,64	1.018,12
1.1.1.3 - ISS	1.752,22	1.883,90	2.025,04	2.126,29	2.232,61	2.344,24	2.461,45	2.584,52	2.713,75	2.849,43
1.1.1.4 - Outros	2.227,09	4.662,30	4.993,56	5.243,24	5.505,40	5.780,67	6.069,70	6.373,19	6.691,85	7.026,44
1.1.2.0 - Taxas	172,64	203,93	215,28	226,04	237,34	249,21	261,67	274,75	288,49	302,91
1.2.0.0 - Receita de Contribuições	184,42	189,00	202,00	212,10	222,71	233,84	245,53	257,81	270,70	284,23
1.3.0.0 - Receita Patrimonial	239,64	252,90	269,60	283,08	297,23	312,10	327,70	344,09	361,29	379,35
1.3.1.0 - Valores Mobiliários	200,22	210,30	221,30	232,37	243,98	256,18	268,99	282,44	296,56	311,39
1.3.2.0 - Outras	39,42	42,60	48,30	50,72	53,25	55,91	58,71	61,64	64,73	67,96
1.4.0.0 - Receita Agropecuária	4,45	4,55	5,01	5,26	5,55	5,86	6,18	6,52	6,88	7,25
1.5.0.0 - Receita Industrial	6,80	7,00	7,10	7,46	7,87	8,30	8,75	9,24	9,74	10,28
1.6.0.0 - Receita de Serviços	475,78	485,90	492,54	517,17	543,03	570,18	598,69	628,62	660,05	693,05
1.7.0.0 - Transferências Correntes	9.070,57	9.178,75	9.407,11	9.887,44	10.381,84	10.900,96	11.446,04	12.018,37	12.619,32	13.250,32
1.7.1.0 - Da União	7.168,53	7.224,34	7.410,55	7.781,07	8.170,13	8.578,63	9.007,57	9.457,94	9.930,84	10.427,38
1.7.1.1 - FPE	528,99	556,36	586,51	615,84	646,63	678,96	712,91	748,56	785,99	825,28
1.7.1.2 - FPM	140,81	147,58	155,58	163,36	171,53	180,11	189,11	198,57	208,50	218,92
1.7.1.6 - Outras Transferências	6.498,74	6.520,40	6.668,45	7.001,87	7.351,97	7.719,56	8.105,54	8.510,82	8.936,36	9.383,18
1.7.2.0 - O.Origens (Inst. Privadas)	4,36	4,50	4,93	5,20	5,49	5,79	6,11	6,44	6,80	7,17
1.7.3.0 - Trf. Multigovernamentais	1.821,46	1.871,90	1.910,45	2.015,52	2.116,30	2.222,12	2.333,22	2.449,88	2.572,38	2.701,00
1.7.4.0 - Outras Origens (Pessoas)	9,91	10,01	11,20	11,82	12,41	13,03	13,68	14,36	15,08	15,83
1.7.5.0 - Transf. de Convênio	66,32	68,00	69,98	73,83	77,52	81,40	85,47	89,74	94,23	98,94
1.9.0.0 - Outras Rec. Correntes	646,09	601,12	547,31	574,68	603,41	633,58	665,26	698,52	733,45	770,12
2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	3.388,19	1.575,55	1.762,52	1.947,41	2.000,41	2.078,41	2.161,35	2.269,80	2.383,70	2.503,31
2.1.0.0 - Operações de Crédito	1.921,38	897,03	944,62	1.088,31	1.098,02	1.130,56	1.165,74	1.224,03	1.285,23	1.349,49
2.1.1.0 - Operações C. Interno	1.756,03	707,80	765,80	804,09	844,29	886,51	930,83	977,38	1.026,25	1.077,56
2.1.2.0 - Operações C. Externo	165,34	189,23	178,82	284,22	253,73	244,05	234,91	246,66	258,99	271,94
2.1.2.1 - BID - BSB II	0,00	20,33	50,82	71,15	40,66	20,33	-	-	-	-
2.1.2.2 - Outras Operações	165,34	168,90	128,00	213,07	213,07	223,72	234,91	246,66	258,99	271,94
2.2.0.0 - Alienação de Bens	56,66	58,20	62,00	65,41	69,01	72,80	76,81	81,03	85,49	90,19
2.3.0.0 - Amortização Empréstimos	78,17	80,32	85,90	90,20	94,70	99,44	104,41	109,63	115,11	120,87
2.4.0.0 - Transf. de Capital	1.331,99	540,00	670,00	703,50	738,68	775,61	814,39	855,11	897,86	942,76
DEDUÇÕES DE RECEITA P/FUNDEB	1.821,46	1.887,90	1.920,45	2.016,47	2.117,30	2.223,16	2.334,32	2.451,03	2.573,59	2.702,27
Rec. Corrente Intra-Orçamentaria	26,19	68,90	72,89	76,53	80,36	84,78	89,44	94,36	99,55	105,03
Rec. de Capital Intra-Orçamentaria	3,70	10,80	11,20	11,76	12,35	13,03	13,74	14,50	15,30	16,14
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24.634,23	25.264,67	26.561,23	28.047,50	29.541,38	31.136,02	32.836,44	34.643,34	36.547,08	38.555,55
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	20.277,38	21.068,73	22.050,63	23.263,77	24.543,69	25.893,75	27.328,28	28.832,79	30.417,52	32.089,42
3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais	14.237,65	14.806,48	15.484,56	16.336,21	17.234,70	18.182,61	19.182,65	20.237,70	21.350,77	22.525,07
3.2.0.0 - Juros Encargos da Dívida	202,00	265,55	280,72	296,52	313,24	330,62	359,18	380,39	400,24	421,19
3.2.1.0 - Da Dívida Interna	202,00	255,05	268,46	283,23	298,80	315,24	332,57	350,87	370,16	390,52
3.2.2.0 - Da Dívida Externa	0,00	10,50	12,26	13,29	14,44	15,38	26,61	29,52	30,07	30,67
3.2.2.1 - BID - BSB II	0,00	0,50	1,14	1,56	2,06	2,33	12,83	14,99	14,74	14,49
3.2.2.2 - Outras Dívidas	0,00	10,00	11,12	11,73	12,38	13,06	13,78	14,53	15,33	16,18
3.3.0.0 - Outras Desp. Correntes	5.837,73	5.996,70	6.285,35	6.631,04	6.995,75	7.380,52	7.786,45	8.214,70	8.666,51	9.143,17
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	4.101,63	4.195,94	4.510,60	4.783,73	4.997,68	5.242,27	5.508,16	5.810,54	6.129,56	6.466,12
4.1.0.0 - Investimentos	3.564,18	3.639,04	3.893,00	4.132,16	4.310,28	4.517,06	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.1.1.0 - - BID - BSB II	0,00	29,04	72,60	101,64	58,08	30,99	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1 - Contrapartida -GDF(27,334%)	0,00	8,71	21,78	30,49	17,42	10,66	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2 - Financiamento BID(66,666%)	0,00	20,33	50,82	71,15	40,66	20,33	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0 - Outros	3.564,18	3.610,00	3.820,40	4.030,52	4.252,20	4.486,07	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.2.0.0 - Inversões Financeiras	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.1.0 - - Concessão Empréstimos	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.2.0 - - Demais Inve.Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3.0.0 - Transferências de Capital	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	304,60	320,79	337,87	355,89
4.3.1.0 - Amortizações	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	304,60	320,79	337,87	355,89
4.3.1.1 - Da Dívida Interna	190,42	157,90	185,60	195,81	206,58	217,94	229,93	242,57	255,91	269,99
4.3.1.2 - Da Dívida Externa	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	74,68	78,22	81,96	85,90
- - BID - BSB II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,26	10,26	10,26	10,26
- Outras Dívidas Externas	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	64,42	67,96	71,70	75,64
Reserva de Contingência	255,22	321,00	418,09	127,00	127,00	132,00	128,00	127,00	125,00	123,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT	1.841,30	978,21	1.267,78	1.279,70	1.207,88	1.129,21	1.021,63	908,62	783,50	642,65
RESULTADO PRIMÁRIO	324,33	554,81	852,28	751,51	702,81	626,06	540,21	409,30	263,16	100,55

OBS: * Estimado com base nos valores da LOA de 2015.

** Em 2016 a 2017 foram estimados considerados os valores indicados na LDO para 2015

A partir de 2018 foi adotada uma taxa de crescimento linear de 5%, para as Receitas e de 5,5% para as Despesas.

ANEXO 7

**PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO
PRIMÁRIO DO DF - Período 2015-2024**

Página 1 de 1

TERCEIRA ALTERNATIVA (Desembolso do financiamento em oito parcelas)

EM R\$ 1.000.000

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINAÇÃO	2015*	2016**	2017**	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.475,53	26.231,30	27.847,29	29.338,96	30.759,77	32.252,21	33.858,07	35.551,95	37.330,58	39.198,19
1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	24.878,90	26.475,53	27.902,85	29.307,97	30.773,44	32.312,17	33.927,85	35.624,32	37.405,61	39.275,98
1.1.0.0 - Receita Tributária	14.255,60	15.760,86	16.977,19	17.826,05	18.717,35	19.653,22	20.635,88	21.667,68	22.751,06	23.888,61
1.1.1.0 - Impostos	14.082,96	15.556,92	16.761,92	17.600,01	18.480,01	19.404,01	20.374,21	21.392,93	22.462,57	23.585,70
1.1.1.1 - ICMS	9.455,57	8.324,36	9.019,76	9.470,75	9.944,28	10.441,50	10.963,57	11.511,75	12.087,34	12.691,71
1.1.1.2 - IPTU	648,09	686,36	723,56	759,74	797,72	837,61	879,49	923,47	969,64	1.018,12
1.1.1.3 - ISS	1.752,22	1.883,90	2.025,04	2.126,29	2.232,61	2.344,24	2.461,45	2.584,52	2.713,75	2.849,43
1.1.1.4 - Outros	2.227,09	4.662,30	4.993,56	5.243,24	5.505,40	5.780,67	6.069,70	6.373,19	6.691,85	7.026,44
1.1.2.0 - Taxas	172,64	203,93	215,28	226,04	237,34	249,21	261,67	274,75	288,49	302,91
1.2.0.0 - Receita de Contribuições	184,42	189,00	202,00	212,10	222,71	233,84	245,53	257,81	270,70	284,23
1.3.0.0 - Receita Patrimonial	239,64	252,90	269,60	283,08	297,23	312,10	327,70	344,09	361,29	379,35
1.3.1.0 - Valores Mobiliários	200,22	210,30	221,30	232,37	243,98	256,18	268,99	282,44	296,56	311,39
1.3.2.0 - Outras	39,42	42,60	48,30	50,72	53,25	55,91	58,71	61,64	64,73	67,96
1.4.0.0 - Receita Agropecuária	4,45	4,55	5,01	5,26	5,55	5,86	6,18	6,52	6,88	7,25
1.5.0.0 - Receita Industrial	6,80	7,00	7,10	7,46	7,87	8,30	8,75	9,24	9,74	10,28
1.6.0.0 - Receita de Serviços	475,78	485,90	492,54	517,17	543,03	570,18	598,69	628,62	660,05	693,05
1.7.0.0 - Transferências Correntes	9.070,57	9.178,75	9.407,11	9.887,44	10.381,84	10.900,96	11.446,04	12.018,37	12.619,32	13.250,32
1.7.1.0 - Da União	7.168,53	7.224,34	7.410,55	7.781,07	8.170,13	8.578,63	9.007,57	9.457,94	9.930,84	10.427,38
1.7.1.1 - FPE	528,99	556,36	586,51	615,84	646,63	678,96	712,91	748,56	785,99	825,28
1.7.1.2 - FPM	140,81	147,58	155,58	163,36	171,53	180,11	189,11	198,57	208,50	218,92
1.7.1.6 - Outras Transferências	6.498,74	6.520,40	6.668,45	7.001,87	7.351,97	7.719,56	8.105,54	8.510,82	8.936,36	9.383,18
1.7.2.0 - O.Origens (Inst. Privadas)	4,36	4,50	4,93	5,20	5,49	5,79	6,11	6,44	6,80	7,17
1.7.3.0 - Trf. Multigovernamentais	1.821,46	1.871,90	1.910,45	2.015,52	2.116,30	2.222,12	2.333,22	2.449,88	2.572,38	2.701,00
1.7.4.0 - Outras Origens (Pessoas)	9,91	10,01	11,20	11,82	12,41	13,03	13,68	14,36	15,08	15,83
1.7.5.0 - Transf. de Convênio	66,32	68,00	69,98	73,83	77,52	81,40	85,47	89,74	94,23	98,94
1.9.0.0 - Outras Rec. Correntes	646,09	601,12	547,31	574,68	603,41	633,58	665,26	698,52	733,45	770,12
2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	3.388,19	1.563,98	1.780,80	1.959,16	2.010,92	2.065,39	2.161,35	2.269,80	2.383,70	2.503,31
2.1.0.0 - Operações de Crédito	1.921,38	885,46	962,90	1.100,06	1.108,54	1.117,54	1.165,74	1.224,03	1.285,23	1.349,49
2.1.1.0 - Operações C. Interno	1.756,03	707,80	765,80	804,09	844,29	886,51	930,83	977,38	1.026,25	1.077,56
2.1.2.0 - Operações C. Externo	165,34	177,66	197,10	295,97	264,24	231,03	234,91	246,66	258,99	271,94
2.1.2.1 - BID - BSB II	0,00	8,76	69,10	82,90	51,17	7,31	-	-	-	-
2.1.2.2 - Outras Operações	165,34	168,90	128,00	213,07	213,07	223,72	234,91	246,66	258,99	271,94
2.2.0.0 - Alienação de Bens	56,66	58,20	62,00	65,41	69,01	72,80	76,81	81,03	85,49	90,19
2.3.0.0 - Amortização Empréstimos	78,17	80,32	85,90	90,20	94,70	99,44	104,41	109,63	115,11	120,87
2.4.0.0 - Transf. de Capital	1.331,99	540,00	670,00	703,50	738,68	775,61	814,39	855,11	897,86	942,76
DEDUÇÕES DE RECEITA P/FUNDEB	1.821,46	1.887,90	1.920,45	2.016,47	2.117,30	2.223,16	2.334,32	2.451,03	2.573,59	2.702,27
Rec. Corrente Intra-Orçamentaria	26,19	68,90	72,89	76,53	80,36	84,78	89,44	94,36	99,55	105,03
Rec. de Capital Intra-Orçamentaria	3,70	10,80	11,20	11,76	12,35	13,03	13,74	14,50	15,30	16,14
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24.634,23	25.248,14	26.587,34	28.064,47	29.556,64	31.105,29	32.815,96	34.620,56	36.524,42	38.533,00
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	20.277,38	21.068,74	22.050,62	23.263,96	24.543,93	25.894,00	27.318,06	28.820,27	30.405,12	32.077,13
3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais	14.237,65	14.806,48	15.484,56	16.336,21	17.234,70	18.182,61	19.182,65	20.237,70	21.350,77	22.525,07
3.2.0.0 - Juros Encargos da Dívida	202,00	265,56	280,71	296,70	313,48	330,87	348,96	367,87	387,83	408,90
3.2.1.0 - Da Dívida Interna	202,00	255,05	268,46	283,23	298,80	315,24	332,57	350,87	370,16	390,52
3.2.2.0 - Da Dívida Externa	0,00	10,51	12,25	13,48	14,67	15,64	16,38	17,00	17,67	18,38
3.2.2.1 - BID - BSB II	0,00	0,51	1,13	1,75	2,30	2,58	2,61	2,47	2,34	2,20
3.2.2.2 - Outras Dívidas	0,00	10,00	11,12	11,73	12,38	13,06	13,78	14,53	15,33	16,18
3.3.0.0 - Outras Desp. Correntes	5.837,73	5.996,70	6.285,35	6.631,04	6.995,75	7.380,52	7.786,45	8.214,70	8.666,51	9.143,17
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	4.101,63	4.179,41	4.536,72	4.800,51	5.012,71	5.211,28	5.497,90	5.800,29	6.119,30	6.455,87
4.1.0.0 - Investimentos	3.564,18	3.622,51	3.919,12	4.148,94	4.325,30	4.486,07	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.1.1.0 - - BID - BSB II	0,00	12,51	98,72	118,42	73,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1 - Contrapartida -GDF(30%)	0,00	3,75	29,62	35,53	21,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2 - Financiamento BID(70%)	0,00	8,76	69,10	82,90	51,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0 - Outros	3.564,18	3.610,00	3.820,40	4.030,52	4.252,20	4.486,07	4.732,81	4.993,11	5.267,73	5.557,46
4.2.0.0 - Inversões Financeiras	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.1.0 - - Concessão Empréstimos	347,04	358,00	380,00	400,90	422,95	446,21	470,75	496,64	523,96	552,78
4.2.2.0 - Demais Inve.Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3.0.0 - Transferências de Capital	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	294,34	310,53	327,61	345,63
4.3.1.0 - Amortizações	190,42	198,90	237,60	250,67	264,45	279,00	294,34	310,53	327,61	345,63
4.3.1.1 - Da Dívida Interna	190,42	157,90	185,60	195,81	206,58	217,94	229,93	242,57	255,91	269,99
4.3.1.2 - Da Dívida Externa	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	64,42	67,96	71,70	75,64
- - BID - BSB II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Dívidas Externas	0,00	41,00	52,00	54,86	57,88	61,06	64,42	67,96	71,70	75,64
Reserva de Contingência	255,22	321,00	418,09	127,00	127,00	132,00	128,00	127,00	125,00	123,00
SUPERAVIT/DEFICIT	1.841,30	983,16	1.259,95	1.274,48	1.203,14	1.146,92	1.042,11	931,39	806,16	665,19
RESULTADO PRIMÁRIO	324,33	571,34	826,16	734,73	687,78	657,05	540,21	409,30	263,16	100,55

OBS: * Estimado com base nos valores da LOA de 2015.

** Em 2016 a 2017 foram estimados considerados os valores indicados na LDO para 2015

A partir de 2018 foi adotada uma taxa de crescimento linear de 5%, para as Receitas e de 5.5% para as Despesas.

ANEXO 8

PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO DO BID PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PRIMEIRA ALTERNATIVA (Previsão de desembolso em dez parcelas semestrais)

Condições do Empréstimo: 25 anos, com 9 Semestres (4,5 anos) de Carência; Amortização em 41 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., Paga Semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo; Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

Em US\$

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO DE CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2016/01	100.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016/01	-	1.264.450	-	1.264.450	-	-	-	-	-	1.264.450
2016/02	1.264.450	2.716.450	3.980.900	3.980.900	222.155	-	9.483	9.483	231.638	3.980.900
2017/01	3.980.900	9.563.870	-	13.544.770	216.043	-	29.857	29.857	245.900	13.544.770
2017/02	13.544.770	21.852.080	31.415.950	35.396.850	194.524	-	101.586	101.586	296.110	35.396.850
2018/01	35.396.850	21.074.080	-	56.470.930	145.357	-	265.476	265.476	410.833	56.470.930
2018/02	56.470.930	16.607.720	37.681.800	73.078.650	97.940	-	423.532	423.532	521.472	73.078.650
2019/01	73.078.650	12.134.300	-	85.212.950	60.573	-	548.090	548.090	608.663	85.212.950
2019/02	85.212.950	11.134.300	23.268.600	96.347.250	33.271	-	639.097	639.097	672.368	96.347.250
2020/01	96.347.250	2.797.750	0	99.145.000	8.219	-	722.604	722.604	730.823	99.145.000
2020/02	99.145.000	855.000	3.652.750	100.000.000	1.924	-	743.588	743.588	745.511	100.000.000
2021/01	100.000.000	0	0	0	0	2.564.103	750.000	3.314.103	3.314.103	97.435.897
2021/02	97.435.897	0	0	0	0	2.564.103	730.769	3.294.872	3.294.872	94.871.795
2022/01	94.871.795	0	0	0	0	2.564.103	711.538	3.275.641	3.275.641	92.307.692
2022/02	92.307.692	0	0	0	0	2.564.103	692.308	3.256.410	3.256.410	89.743.590
2023/01	89.743.590	0	0	0	0	2.564.103	673.077	3.237.179	3.237.179	87.179.487
2023/02	87.179.487	0	0	0	0	2.564.103	653.846	3.217.949	3.217.949	84.615.385
2024/01	84.615.385	0	0	0	0	2.564.103	634.615	3.198.718	3.198.718	82.051.282
2024/02	82.051.282	0	0	0	0	2.564.103	615.385	3.179.487	3.179.487	79.487.179
2025/01	79.487.179	0	0	0	0	2.564.103	596.154	3.160.256	3.160.256	76.923.077
2025/02	76.923.077	0	0	0	0	2.564.103	576.923	3.141.026	3.141.026	74.358.974
2026/01	74.358.974	0	0	0	0	2.564.103	557.692	3.121.795	3.121.795	71.794.872
2026/02	71.794.872	0	0	0	0	2.564.103	538.462	3.102.564	3.102.564	69.230.769
2027/01	69.230.769	0	0	0	0	2.564.103	519.231	3.083.333	3.083.333	66.666.667
2027/02	66.666.667	0	0	0	0	2.564.103	500.000	3.064.103	3.064.103	64.102.564
2028/01	64.102.564	0	0	0	0	2.564.103	480.769	3.044.872	3.044.872	61.538.462
2028/02	61.538.462	0	0	0	0	2.564.103	461.538	3.025.641	3.025.641	58.974.359
2029/01	58.974.359	0	0	0	0	2.564.103	442.308	3.006.410	3.006.410	56.410.256
2029/02	56.410.256	0	0	0	0	2.564.103	423.077	2.987.179	2.987.179	53.846.154
2030/01	53.846.154	0	0	0	0	2.564.103	403.846	2.967.949	2.967.949	51.282.051
2030/02	51.282.051	0	0	0	0	2.564.103	384.615	2.948.718	2.948.718	48.717.949
2031/01	48.717.949	0	0	0	0	2.564.103	365.385	2.929.487	2.929.487	46.153.846
2031/02	46.153.846	0	0	0	0	2.564.103	346.154	2.910.256	2.910.256	43.589.744
2032/01	43.589.744	0	0	0	0	2.564.103	326.923	2.891.026	2.891.026	41.025.641
2032/02	41.025.641	0	0	0	0	2.564.103	307.692	2.871.795	2.871.795	38.461.538
2033/01	38.461.538	0	0	0	0	2.564.103	288.462	2.852.564	2.852.564	35.897.436
2033/02	35.897.436	0	0	0	0	2.564.103	269.231	2.833.333	2.833.333	33.333.333
2034/01	33.333.333	0	0	0	0	2.564.103	250.000	2.814.103	2.814.103	30.769.231
2034/02	30.769.231	0	0	0	0	2.564.103	230.769	2.794.872	2.794.872	28.205.128
2035/01	28.205.128	0	0	0	0	2.564.103	211.538	2.775.641	2.775.641	25.641.026
2035/02	25.641.026	0	0	0	0	2.564.103	192.308	2.756.410	2.756.410	23.076.923
2036/01	23.076.923	0	0	0	0	2.564.103	173.077	2.737.179	2.737.179	20.512.821
2036/02	20.512.821	0	0	0	0	2.564.103	153.846	2.717.949	2.717.949	17.948.718
2037/01	17.948.718	0	0	0	0	2.564.103	134.615	2.698.718	2.698.718	15.384.615
2037/02	15.384.615	0	0	0	0	2.564.103	115.385	2.679.487	2.679.487	12.820.513
2038/01	12.820.513	0	0	0	0	2.564.103	96.154	2.660.256	2.660.256	10.256.410
2038/02	10.256.410	0	0	0	0	2.564.103	76.923	2.641.026	2.641.026	7.692.308
2039/01	7.692.308	0	0	0	0	2.564.103	57.692	2.621.795	2.621.795	5.128.205
2039/02	5.128.205	0	0	0	0	2.564.103	38.462	2.602.564	2.602.564	2.564.103
2040/01	2.564.103	0	0	0	0	2.564.103	19.231	2.583.333	2.583.333	0
TOTAL	-	100.000.000	100.000.000	-	980.006	100.000.000	18.483.313	118.483.313	119.463.319	-

ANEXO 9

**PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO
DO BID PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SEGUNDA ALTERNATIVA (Previsão de desembolso em dez parcelas semestrais)

Condições do Empréstimo: 25 anos, com 11 Semestres (5,5 anos) de Carência; Amortização em 39 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., Paga Semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo; Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

Em US\$

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO DE CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2016/01	100.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016/01	-	5.000.000	-	5.000.000	-	-	-	-	-	5.000.000
2016/02	5.000.000	5.000.000	10.000.000	10.000.000	213.750	-	30.000	30.000	243.750	10.000.000
2017/01	10.000.000	10.000.000	-	20.000.000	202.500	-	60.000	60.000	262.500	20.000.000
2017/02	20.000.000	15.000.000	25.000.000	35.000.000	180.000	-	120.000	120.000	300.000	35.000.000
2018/01	35.000.000	15.000.000	-	50.000.000	146.250	-	210.000	210.000	356.250	50.000.000
2018/02	50.000.000	20.000.000	35.000.000	70.000.000	112.500	-	300.000	300.000	412.500	70.000.000
2019/01	70.000.000	10.000.000	-	80.000.000	67.500	-	420.000	420.000	487.500	80.000.000
2019/02	80.000.000	10.000.000	20.000.000	90.000.000	45.000	-	480.000	480.000	525.000	90.000.000
2020/01	90.000.000	5.000.000	-	95.000.000	22.500	-	540.000	540.000	562.500	95.000.000
2020/02	95.000.000	5.000.000	10.000.000	100.000.000	11.250	-	570.000	570.000	581.250	100.000.000
2021/01	100.000.000	-	-	-	-	2.564.103	600.000	3.164.103	3.164.103	97.435.897
2021/02	97.435.897	-	-	-	-	2.564.103	584.615	3.148.718	3.148.718	94.871.795
2022/01	94.871.795	-	-	-	-	2.564.103	569.231	3.133.333	3.702.564	92.307.692
2022/02	92.307.692	-	-	-	-	2.564.103	553.846	3.117.949	3.671.795	89.743.590
2023/01	89.743.590	-	-	-	-	2.564.103	538.462	3.102.564	3.641.026	87.179.487
2023/02	87.179.487	-	-	-	-	2.564.103	523.077	3.087.179	3.610.256	84.615.385
2024/01	84.615.385	-	-	-	-	2.564.103	507.692	3.071.795	3.579.487	82.051.282
2024/02	82.051.282	-	-	-	-	2.564.103	492.308	3.056.410	3.548.718	79.487.179
2025/01	79.487.179	-	-	-	-	2.564.103	476.923	3.041.026	3.517.949	76.923.077
2025/02	76.923.077	-	-	-	-	2.564.103	461.538	3.025.641	3.487.179	74.358.974
2026/01	74.358.974	-	-	-	-	2.564.103	446.154	3.010.256	3.456.410	71.794.872
2026/02	71.794.872	-	-	-	-	2.564.103	430.769	2.994.872	3.425.641	69.230.769
2027/01	69.230.769	-	-	-	-	2.564.103	415.385	2.979.487	3.394.872	66.666.667
2027/02	66.666.667	-	-	-	-	2.564.103	400.000	2.964.103	3.364.103	64.102.564
2028/01	64.102.564	-	-	-	-	2.564.103	384.615	2.948.718	3.333.333	61.538.462
2028/02	61.538.462	-	-	-	-	2.564.103	369.231	2.933.333	3.302.564	58.974.359
2029/01	58.974.359	-	-	-	-	2.564.103	353.846	2.917.949	3.271.795	56.410.256
2029/02	56.410.256	-	-	-	-	2.564.103	338.462	2.902.564	3.241.026	53.846.154
2030/01	53.846.154	-	-	-	-	2.564.103	323.077	2.887.179	3.210.256	51.282.051
2030/02	51.282.051	-	-	-	-	2.564.103	307.692	2.871.795	3.179.487	48.717.949
2031/01	48.717.949	-	-	-	-	2.564.103	292.308	2.856.410	3.148.718	46.153.846
2031/02	46.153.846	-	-	-	-	2.564.103	276.923	2.841.026	3.117.949	43.589.744
2032/01	43.589.744	-	-	-	-	2.564.103	261.538	2.825.641	3.087.179	41.025.641
2032/02	41.025.641	-	-	-	-	2.564.103	246.154	2.810.256	3.056.410	38.461.538
2033/01	38.461.538	-	-	-	-	2.564.103	230.769	2.794.872	3.025.641	35.897.436
2033/02	35.897.436	-	-	-	-	2.564.103	215.385	2.779.487	2.994.872	33.333.333
2034/01	33.333.333	-	-	-	-	2.564.103	200.000	2.764.103	2.964.103	30.769.231
2034/02	30.769.231	-	-	-	-	2.564.103	184.615	2.748.718	2.933.333	28.205.128
2035/01	28.205.128	-	-	-	-	2.564.103	169.231	2.733.333	2.902.564	25.641.026
2035/02	25.641.026	-	-	-	-	2.564.103	153.846	2.717.949	2.871.795	23.076.923
2036/01	23.076.923	-	-	-	-	2.564.103	138.462	2.702.564	2.841.026	20.512.821
2036/02	20.512.821	-	-	-	-	2.564.103	123.077	2.687.179	2.810.256	17.948.718
2037/01	17.948.718	-	-	-	-	2.564.103	107.692	2.671.795	2.779.487	15.384.615
2037/02	15.384.615	-	-	-	-	2.564.103	92.308	2.656.410	2.748.718	12.820.513
2038/01	12.820.513	-	-	-	-	2.564.103	76.923	2.641.026	2.717.949	10.256.410
2038/02	10.256.410	-	-	-	-	2.564.103	61.538	2.625.641	2.687.179	7.692.308
2039/01	7.692.308	-	-	-	-	2.564.103	46.154	2.610.256	2.656.410	5.128.205
2039/02	5.128.205	-	-	-	-	2.564.103	30.769	2.594.872	2.625.641	2.564.103
2040/01	2.564.103	-	-	-	-	2.564.103	15.385	2.579.487	2.594.872	0
TOTAL	-	100.000.000	100.000.000	-	1.001.250	100.000.000	14.730.000	114.730.000	115.731.250	-

ANEXO 10

**PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO
DO BID PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA ALTERNATIVA (Previsão de desembolso em dez parcelas semestrais)

Condições do Empréstimo: 25 anos, com 10 Semestres (5,5 anos) de Carência; Amortização em 39 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., Paga Semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo; Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

Em US\$

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO DE CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2016/01	110.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016/01	-	1.386.000	-	1.386.000	-	-	-	-	-	1.386.000
2016/02	1.386.000	2.992.000	4.378.000	4.378.000	244.382	-	8.316	8.316	252.698	4.378.000
2017/01	4.378.000	10.516.000	-	14.894.000	237.650	-	26.268	26.268	263.918	14.894.000
2017/02	14.894.000	24.035.000	34.551.000	38.929.000	213.989	-	89.364	89.364	303.353	38.929.000
2018/01	38.929.000	23.177.000	-	62.106.000	159.910	-	233.574	233.574	393.484	62.106.000
2018/02	62.106.000	18.271.000	41.448.000	80.377.000	107.762	-	372.636	372.636	480.398	80.377.000
2019/01	80.377.000	13.343.000	-	93.720.000	66.652	-	482.262	482.262	548.914	93.720.000
2019/02	93.720.000	12.243.000	25.586.000	105.963.000	36.630	-	562.320	562.320	598.950	105.963.000
2020/01	105.963.000	3.080.000	-	109.043.000	9.083	-	635.778	635.778	644.861	109.043.000
2020/02	109.043.000	957.000	4.037.000	110.000.000	2.153	-	654.258	654.258	656.411	110.000.000
2021/01	110.000.000	-	-	-	-	2.820.513	660.000	3.480.513	3.480.513	107.179.487
2021/02	107.179.487	-	-	-	-	2.820.513	643.077	3.463.590	3.463.590	104.358.974
2022/01	104.358.974	-	-	-	-	2.820.513	626.154	3.446.667	3.446.667	101.538.462
2022/02	101.538.462	-	-	-	-	2.820.513	609.231	3.429.744	3.429.744	98.717.949
2023/01	98.717.949	-	-	-	-	2.820.513	592.308	3.412.821	3.412.821	95.897.436
2023/02	95.897.436	-	-	-	-	2.820.513	575.385	3.395.897	3.395.897	93.076.923
2024/01	93.076.923	-	-	-	-	2.820.513	558.462	3.378.974	3.378.974	90.256.410
2024/02	90.256.410	-	-	-	-	2.820.513	541.538	3.362.051	3.362.051	87.435.897
2025/01	87.435.897	-	-	-	-	2.820.513	524.615	3.345.128	3.345.128	84.615.385
2025/02	84.615.385	-	-	-	-	2.820.513	507.692	3.328.205	3.328.205	81.794.872
2026/01	81.794.872	-	-	-	-	2.820.513	490.769	3.311.282	3.311.282	78.974.359
2026/02	78.974.359	-	-	-	-	2.820.513	473.846	3.294.359	3.294.359	76.153.846
2027/01	76.153.846	-	-	-	-	2.820.513	456.923	3.277.436	3.277.436	73.333.333
2027/02	73.333.333	-	-	-	-	2.820.513	440.000	3.260.513	3.260.513	70.512.821
2028/01	70.512.821	-	-	-	-	2.820.513	423.077	3.243.590	3.243.590	67.692.308
2028/02	67.692.308	-	-	-	-	2.820.513	406.154	3.226.667	3.226.667	64.871.795
2029/01	64.871.795	-	-	-	-	2.820.513	389.231	3.209.744	3.209.744	62.051.282
2029/02	62.051.282	-	-	-	-	2.820.513	372.308	3.192.821	3.192.821	59.230.769
2030/01	59.230.769	-	-	-	-	2.820.513	355.385	3.175.897	3.175.897	56.410.256
2030/02	56.410.256	-	-	-	-	2.820.513	338.462	3.158.974	3.158.974	53.589.744
2031/01	53.589.744	-	-	-	-	2.820.513	321.538	3.142.051	3.142.051	50.769.231
2031/02	50.769.231	-	-	-	-	2.820.513	304.615	3.125.128	3.125.128	47.948.718
2032/01	47.948.718	-	-	-	-	2.820.513	287.692	3.108.205	3.108.205	45.128.205
2032/02	45.128.205	-	-	-	-	2.820.513	270.769	3.091.282	3.091.282	42.307.692
2033/01	42.307.692	-	-	-	-	2.820.513	253.846	3.074.359	3.074.359	39.487.179
2033/02	39.487.179	-	-	-	-	2.820.513	236.923	3.057.436	3.057.436	36.666.667
2034/01	36.666.667	-	-	-	-	2.820.513	220.000	3.040.513	3.040.513	33.846.154
2034/02	33.846.154	-	-	-	-	2.820.513	203.077	3.023.590	3.023.590	31.025.641
2035/01	31.025.641	-	-	-	-	2.820.513	186.154	3.006.667	3.006.667	28.205.128
2035/02	28.205.128	-	-	-	-	2.820.513	169.231	2.989.744	2.989.744	25.384.615
2036/01	25.384.615	-	-	-	-	2.820.513	152.308	2.972.821	2.972.821	22.564.103
2036/02	22.564.103	-	-	-	-	2.820.513	135.385	2.955.897	2.955.897	19.743.590
2037/01	19.743.590	-	-	-	-	2.820.513	118.462	2.938.974	2.938.974	16.923.077
2037/02	16.923.077	-	-	-	-	2.820.513	101.538	2.922.051	2.922.051	14.102.564
2038/01	14.102.564	-	-	-	-	2.820.513	84.615	2.905.128	2.905.128	11.282.051
2038/02	11.282.051	-	-	-	-	2.820.513	67.692	2.888.205	2.888.205	8.461.538
2039/01	8.461.538	-	-	-	-	2.820.513	50.769	2.871.282	2.871.282	5.641.026
2039/02	5.641.026	-	-	-	-	2.820.513	33.846	2.854.359	2.854.359	2.820.513
2040/01	2.820.513	-	-	-	-	2.820.513	16.923	2.837.436	2.837.436	0
TOTAL	-	110.000.000	110.000.000	-	1.078.209	110.000.000	16.264.776	126.264.776	127.342.985	-